

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

**DIEGO DE SOUZA MANOEL**

ANÁLISE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE VALORIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO  
DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL NA CIDADE DE CRICIÚMA – SC (2009 A  
2019)

SÃO PAULO  
2020

DIEGO DE SOUZA MANOEL

ANÁLISE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE  
VALORIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO  
PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL NA  
CIDADE DE CRICIÚMA – SC (2009 A 2019)

Dissertação apresentada ao curso Maestría  
Estado, Gobierno y Políticas Públicas,  
Faculdade Latino-Americana de Ciências  
Sociais, Fundação Perseu Abramo, como  
parte dos requisitos necessários à obtenção  
do título de Magíster em Estado, Gobierno y  
Políticas Públicas.

Orientadora: Gláucia Cristina Candian Fraccaro

SÃO PAULO

2020

### **Ficha Catalográfica**

MANOEL, DIEGO DE SOUZA. Análise das Políticas Educacionais de Valorização e Preservação do Patrimônio Histórico Cultural na Cidade de Criciúma – SC (2009 a 2019). Diego de Souza Manoel. São Paulo: FLACSO/FPA, 2020.

92 páginas

Dissertação (Magister en Estado, Gobierno y Políticas Públicas)  
Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação  
Perseu Abramo, Maestria Estado, Gobierno y Políticas Públicas,  
2020

Orientadora: Glauca Cristina Candian Fraccaro

DIEGO DE SOUZA MANOEL

ANÁLISE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE  
VALORIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO  
PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL NA  
CIDADE DE CRICIÚMA – SC (2009 A 2019)

Dissertação apresentada ao curso Maestría  
Estado, Gobierno y Políticas Públicas,  
Faculdade Latino-Americana de Ciências  
Sociais, Fundação Perseu Abramo, como  
parte dos requisitos necessários à obtenção  
do título de Magíster em Estado, Gobierno y  
Políticas Públicas.

Aprovada em \_\_\_\_\_

---

Orientador – Dr<sup>a</sup> Gláucia Cristina Candian Fraccaro

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Paula Vermesch/ UNESP

---

Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> José Roberto Paludo

## **AGRADECIMENTO**

A Fundação Perseu Abramo e a Flacso, sobretudo a professora Gláucia Cristina Candian Fraccaro pela orientação e paciência. Aos meus pais Ana Maristela e Joel Manoel que sempre ajudaram e incentivaram de uma forma ou de outra nos estudos. Aos meus colegas de mestrado que foram imprescindíveis, seja dentro ou fora da sala de aula. E um agradecimento especial a minha filha Maria Julia por ser sempre fonte de inspiração e principalmente minha esposa Karinele Ronchi, que esteve sempre ao meu lado incentivando, cobrando, ouvindo e lendo, enfim dando todo o suporte possível.

Muito Obrigado.

## RESUMO

Este estudo tem por objetivo analisar o papel da educação na valorização e preservação do patrimônio histórico cultural (PHC) na cidade de Criciúma/SC no período de 2009 a 2019. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo. A pesquisa parte da seguinte problematização: compreender se as políticas públicas educacionais podem contribuir ou não como o sentimento de pertencimento da população à sua cidade, para a reversão da cultura imposta pelo mercado, sobretudo pela ideia de “progresso” antagônico a visão de preservação e valorização do PHC? E adota a hipótese de que, para que a Educação contribua para a compreensão acerca da preservação e valorização do patrimônio histórico cultural, é necessário que o tema seja incorporado como conteúdo escolar e se articule com ações intersetoriais que estimulem o sentimento de pertencimento da população e ressignifiquem a visão e a atuação da gestão pública e da população sobre o tema. Para alcançar o objetivo e desvelar o problema de pesquisa, como também confirmar ou negar a hipótese, foi desenvolvida uma pesquisa documental e bibliográfica; na medida em que o objeto central é o tema do PHC da Cidade de Criciúma (SC) e o que muda no que diz respeito a preservação desse patrimônio quando o assunto é tratado na política educacional. Dentre os achados, foi possível perceber na análise dos documentos da Fundação Cultural de Criciúma (FCC), e nos planejamentos pedagógicos de uma escola pública que o tema PHC, a despeito de ter algumas ações e iniciativas pontuais realizadas pela FCC e pelas escolas, as políticas públicas de PHC não são bem desenvolvidas na cidade, e assim a relação com a Educação de forma articulada fica comprometida. Destaca-se também que apesar da riqueza de história e memória da cidade e a existência de patrimônios que ajudam a contar essa história e resgatar a memória, as fragilidades das políticas desse setor na cidade, são traduzidas, por exemplo, pela ausência de patrimônios tombados quer seja pelo estado, ou pela União.

**Palavras Chaves:** Patrimônio Histórico Cultural; Política de valorização e preservação; Educação Patrimonial; Criciúma (SC)

## ABSTRACT

This study aims to analyze the role of education in the valuation and preservation of the historical cultural heritage (PHC) in the city of Criciúma / SC in the period from 2009 to 2019. It is a qualitative research. The research starts from the following problematization: to understand whether public educational policies can contribute or not as the feeling of belonging of the population to their city, for the reversal of the culture imposed by the market, especially for the idea of “progress” antagonistic to the vision of preservation and PHC appreciation? And it adopts the hypothesis that, for Education to contribute to the understanding about the preservation and valorization of the historical cultural heritage, it is necessary that the theme be incorporated as school content and articulated with intersectoral actions that stimulate the feeling of belonging of the population and resignify the vision and performance of public management and the population on the subject. To achieve the objective and unveil the research problem, as well as to confirm or deny the hypothesis, a documentary and bibliographic research was developed; insofar as the central object is the PHC theme of the City of Criciúma (SC) and what changes regarding the preservation of this heritage when the subject is addressed in educational policy. Among the findings, it was possible to notice in the analysis of documents from the Cultural Foundation of Criciúma (FCC), and in the pedagogical planning of a public school that the PHC theme, despite having some specific actions and initiatives carried out by the FCC and the schools, the PHC public policies are not well developed in the city, and thus the relationship with Education in an articulated way is compromised. It is also noteworthy that despite the wealth of history and memory of the city and the existence of assets that help to tell this story and rescue the memory, the weaknesses of the policies of this sector in the city, are translated, for example, by the absence of heritage listed whether by the state, or by the Union.

**Key words:** Historical and Cultural Heritage; Valuation and preservation policy; Heritage Education; Criciúma (SC).

## LISTA DE SIGLAS

- ASFAC** – Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma
- BNCC** – Base Nacional Comum Curricular
- CRAS** – Centro de Referência de Assistência Social
- CEU** – Centro de Esporte e artes Unificados
- CODEPLA** – Companhia de Desenvolvimento Econômico e Planejamento Urbano
- COMCCRI** – Conselho Municipal de Políticas Culturais
- DNPM** – Departamento Nacional de Proteção Mineral
- FNDE** – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- FUNDEB** – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
- FCC** – Fundação Cultural de Criciúma
- FTC** – Estrada de ferro Tereza Cristina
- FUCRI** – Fundação Educacional de Criciúma
- IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
- LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- MEC** – Ministério da Educação
- SNIC** – Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais
- PDDE** – Programa dinheiro direto na escola
- PNE** – Plano Nacional de Educação
- PME** – Plano Municipal de Educação
- PAR** – Programa de ações articuladas
- PHC** – Patrimônio Histórico e Cultural
- UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## LISTA DE FIGURAS



<b>Figura 1</b> Municípios por faixas percentuais de abrangência das escolas PME/PROEMI em 2014.....	40
<b>Figura 2</b> Municípios por faixas percentuais de abrangência dos estudantes em 2014	41
<b>Figura 3</b> Horta do Centro Cultural Jorge Zanatta.....	44
<b>Figura 4</b> Criciúma em 1941 vista do alto da torre da Matriz São José.....	56
<b>Figura 5</b> Arquivo Histórico Pedro Milanez.....	60
<b>Figura 6</b> Praça CEU.....	61
<b>Figura 7</b> Memorial Nonna Maria Geovanna Dário Milanese.....	61
<b>Figura 8</b> Mina de Visitação Octávio Fontana.....	62
<b>Figura 9</b> Gruta Nossa Senhora de Lourdes.....	63
<b>Figura 10</b> Museu Histórico e Geográfico Augusto Casagrande.....	64
<b>Figura 11</b> Memorial Casa do Agente Ferroviário Mário Ghisi.....	64
<b>Figura 12</b> Teatro Municipal Elias Angeloni.....	65
<b>Figura 13</b> Teatro Arena.....	66
<b>Figura 14</b> Casa da Cultura do Rio Maina Solange Scotti.....	67
<b>Figura 15</b> Casa de Cultura Neusa Nunes Vieira.....	67
<b>Figura 16</b> Parque das Nações Cincinato Napolini.....	68
<b>Figura 17</b> Praça do Congresso.....	69
<b>Figura 18</b> Praça Nereu Ramos.....	69
<b>Figura 19</b> Memorial Dino Gorini.....	71

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> Característica dos Livros Tombos.....	33
<b>Quadro 2</b> Distribuição de bens tombados por Unidade Federativa.....	50
<b>Quadro 3</b> Quantidade de Patrimônios tombados pelo IPHAN nos Municípios de Santa Catarina.....	52
<b>Quadro 4</b> Percentual de municípios com escolas, oficinas ou cursos de patrimônio, conservação e/ou restauração por Unidade Federativa.....	53
<b>Quadro 5</b> Percentual de municípios que realizaram exposições de acervo histórico...54	
<b>Quadro 6</b> Patrimônios Tombados pelo Estado de Santa Catarina.....	55
<b>Quadro 7</b> Patrimônios Tombados em Criciúma.....	58

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> Escolas do PME por oferta de macroatividades em 2014.....	39
<b>Gráfico 2</b> Estudantes matriculados no PME por oferta de macroatividades em 2014..	42
<b>Gráfico 3</b> Estudantes matriculados no PME na macroatividade de Artes, Cultura e Educação Patrimonial no período de 2008 a 2014.....	43
<b>Gráfico 4</b> Número de Bens tombados por região.....	49
<b>Gráfico 5</b> Número de Bens tombados na Região Sul.....	50

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> Evolução de escolas do PME por oferta de macroatividades.....	39
<b>Tabela 2</b> Evolução de estudantes do PME por oferta de macroatividades.....	41

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
<b>CAPÍTULO 1. REVISÃO DA LITERATURA SOBRE PATRIMÔNICO HISTÓRICO CULTURAL E POLÍTICAS EDUCACIONAIS.....</b>	<b>21</b>
1.1. PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL E MEMÓRIA.....	21
1.2. PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL VERSUS DESENVOLVIMENTO URBANO.....	25
1.3. PHC MATERIAL E IMATERIAL NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.....	28
<b>1.3.1. Patrimônio Imaterial.....</b>	<b>30</b>
<b>1.3.2. Patrimônio Material.....</b>	<b>32</b>
1.4. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	34
1.5. POLÍTICAS PÚBLICAS DE VALORIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO E EDUCAÇÃO.....	37
<b>1.5.1. Programa Mais Educação – PME e Programa Nova Mais Educação – PNME</b>	<b>37</b>
<b>1.5.2. Edital Cultural de Criciúma.....</b>	<b>43</b>
<b>1.5.3. Horta Cultural do Centro Cultural Jorge Zanatta.....</b>	<b>44</b>
<b>1.5.4. Organização e adequação do Arquivo Histórico e do Museu Augusto Casagrande.....</b>	<b>44</b>
<b>1.5.5. Projeto “Nosso Patrimônio Conta Nossa História”.....</b>	<b>45</b>
<b>1.5.6. Projeto "Patrimônio histórico e artístico da cidade de Criciúma: a construção do olhar".....</b>	<b>45</b>
<b>CAPÍTULO 2. METODOLOGIA.....</b>	<b>47</b>
2.1. METODOLOGIA.....	47
2.2. LÓCUS PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL DA CIDADE DE CRICIÚMA	48
2.3. TOMBAMENTO REALIZADOS PELO IPHAN EM SANTA CATARINA.....	49
2.4. ESPAÇOS CULTURAIS DE CRICIÚMA E OS PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS CULTURAIS.....	56
<b>CAPÍTULO 3. ANÁLISE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE CALORIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PHC DA CIDADE DE CRICIÚMA.....</b>	<b>72</b>
3.1. PESQUISAS SOBRE OS PATRIMÔNIOS DE CRICIÚMA.....	72
3.2. COMO AS LEIS E NORMAS TRATAM O TEMA.....	73
<b>3.2.1. Leis Nacionais (LDB, PCN, BNCC).....</b>	<b>73</b>
<b>3.2.2. Leis Municipais (Plano Municipal de Educação de Criciúma e Sistema Municipal de Educação).....</b>	<b>76</b>
<b>3.2.2.1. Plano Municipal de Educação de Criciúma.....</b>	<b>76</b>
<b>3.2.2.2. Sistema Municipal de Ensino de Criciúma.....</b>	<b>77</b>
<b>3.2.2.3. Planejamento das Escolas de Criciúma.....</b>	<b>78</b>

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>81</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>85</b>

## **INTRODUÇÃO**

Essa pesquisa tem por objetivo analisar o papel da educação na valorização e preservação do patrimônio histórico cultural (PHC) na cidade de Criciúma/SC no período de 2009 a 2019. Nosso problema de pesquisa consiste em compreender se as políticas públicas educacionais podem contribuir ou não com o sentimento de pertencimento da população à sua cidade, para a reversão da cultura imposta pelo mercado, sobretudo pela ideia de “progresso” antagônico a visão de preservação e valorização do PHC? Exploro a hipótese que para a Educação contribuir para a compreensão acerca da preservação e valorização do patrimônio histórico cultural, é necessário que o tema seja incorporado como conteúdo escolar e se articule com ações intersetoriais que estimulem o sentimento de pertencimento da população e ressignifiquem a visão e a atuação da gestão pública e da população sobre o tema. Para alcançar o objetivo e desvelar o problema de pesquisa, e confirmar ou negar as hipóteses, foi desenvolvida uma pesquisa documental e bibliográfica; na medida em que o objeto central é o PHC da Cidade de Criciúma (SC) e o que muda no que diz respeito a preservação desse patrimônio quando o assunto é tratado na política educacional.

Como objetivos específicos destaco: 1. Levantar os referenciais teóricos para melhor compreensão do objeto da pesquisa; 2. Mapear documentos sobre as Políticas de PHC Nacional, Estadual e na cidade de Criciúma; 3. Mapear iniciativas sobre o tema PHC na política educacional da Cidade; 4. Mapear os PHCs da Cidade de Criciúma.

O patrimônio histórico cultural é também uma questão de cidadania e, como tal, é fundamental a participação da sociedade, seja na fiscalização ou na preservação da memória representada por tais bens culturais, seja na formulação dessas políticas.

A Constituição de 1988 ampliou significativamente o conceito de patrimônio histórico cultural. Desse modo, essa redefinição trouxe as mais diferentes manifestações culturais e formas de expressão da sociedade brasileira. As manifestações científicas, artísticas tecnológicas, obras, objetos, documentos, edificações, sítios arqueológicos, bem como as mais diferentes manifestações culturais passaram a integrar a lista de bens culturais

identificados, inventariados, registrados e tombados pelo patrimônio nacional, como mostram os artigos 215 e 216 da Constituição de 1988:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Art. 216. Constituem PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Os primeiros registros de iniciativas de preservação do patrimônio histórico cultural brasileiro datam de 1916. O Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) surgiu com a lei nº 378 de 1937, assinada pelo então presidente Getúlio Vargas. Muito embora, desde sua criação até hoje, o IPHAN tenha tido um processo crescente de institucionalização do setor do patrimônio nacional, principalmente com as ampliações na constituição de 1988, contudo, a autarquia enfrentou muitos problemas no que se refere aos investimentos para a atuação no país. O IPHAN possui representação em todos os estados da federação e é a autarquia responsável pela conservação, salvaguarda e monitoramento dos bens culturais brasileiros.

Na cidade de Criciúma o setor do patrimônio é responsabilidade do Fundação Cultural de Criciúma (FCC), e descreverei nesse estudo algumas iniciativas, destacando os avanços e os entraves de sua atuação. Da mesma forma, para elaborar a análise, aciono a minha experiência na educação, ao longo de dez anos como professor da rede pública estadual de educação na disciplina de História. O ofício permitiu que eu observasse algumas situações sobre a real compreensão do que é patrimônio histórico cultural. Qual o sentido da preservação? Para que preservar e por que preservar, seja sobre a visão dos docentes, seja sobre a viés da comunidade escolar, e dos gestores da educação? Essas questões foram exploradas a partir da observação de campo e de registros documentais oficiais.

É importante iniciar esse estudo com algumas delimitações conceituais, a começar por entender o que se compreende como Patrimônio Histórico, para tanto, dialoguei com Lemos (1981) em sua obra “O que é Patrimônio Histórico”, em que faz uma caracterização e classificação do patrimônio histórico cultural enfatizando a busca pela preservação como uma necessidade para a compreensão do valor histórico e social de tais bens.

De modo geral, o autor aponta como se deu o processo tardio de conscientização no país em relação a preservação e valorização do patrimônio histórico cultural. Os questionamentos como, o porquê preservar e como se deve preservar são fundamentais, segundo o autor, para a internalização do sentimento de pertencimento, bem como esse processo deve ser amplo e observar todas as diretrizes. Segundo Lemos (1981, p. 84) “o primeiro fato é a falta de esclarecimento popular sobre a importância da preservação de nosso patrimônio, para não dizer da deseducação coletiva”.

Além do que preservar, a obra também se refere ao que preservar, segundo Lemos (1981) a postura conservadora de setores das elites brasileiras estabeleceu uma forma individualista, preservando o que lhes era de interesse, Lemos ainda segue afirmando que:

A segunda ocorrência é a de ordem jurídica, ligada às questões do direito de propriedade que, entre nós, ainda estão muito presas a tradições que remontam a Revolução Francesa, onde o direito do indivíduo às vezes, afronta o direito do povo (1981, p. 84).

A compreensão sobre a valorização do patrimônio no Brasil amplia-se com a constituição de 1988. E assim, estimula uma perspectiva de análise da situação de conservação, preservação na construção de políticas públicas no campo da educação patrimonial sobre um viés popular.

Nesse estudo, a proposta é analisar as práticas educacionais no campo da história e memória na rede de ensino de Criciúma, tendo em vista que é comum tratar sobre a distância entre o conceito de história e de memória, seja para os estudantes, seja para docentes, a partir da compreensão de que memória é inerente ao indivíduo (Moreira, 2004) e história é composta por três planos: *geográfico*, que traduz a relação do homem com o espaço; *social* que permite compreender os atos necessários para a sobrevivência em sociedade; e por fim, o *individual* que é aquele do cotidiano do indivíduo e dos processos



sociais (trabalho, família e etc.). O significado dessa relação entre história, memória, é estruturante no desenvolvimento nesse trabalho, na medida em que corrobora com a análise acerca da forma como o poder público trata o patrimônio histórico cultural considerando-o como bem social.

É importante observar também que esse distanciamento de alguns conceitos importantes para a mudança cultural, no que tange a visão de preservação, está também atrelado as questões econômicas, seja na especulação imobiliária por exemplo, seja no viés da seletividade cultural, que define o acesso aos bens culturais de acordo com seus níveis sociais, e hierarquiza linguagens e repertórios culturais.

Dessa forma, apresento como justificativa do presente estudo, a relevância da valorização da memória e da história da cidade, assim como a necessidade de situar o acesso ao patrimônio histórico cultural como direito social da população e dever do estado. A escolha da cidade de Criciúma – SC, justifica-se por meu envolvimento como professor de história da rede pública, por ser meu lugar de moradia e pelo fato de reconhecer que se faz necessário democratizar o acesso ao conhecimento acerca do PHC, tendo em vista que Criciúma tem se apresentado como um exemplo negativo no que tange a preservação do patrimônio histórico cultural, na medida em que, mesmo o Estado de Santa Catarina sendo destaque regionalmente e nacionalmente, no que diz respeito a tombamento de patrimônio histórico cultural e no percentual de municípios com escolas, oficinas, ou curso de patrimônio. A Cidade de Criciúma não contribui em nada com esse lugar de destaque do estado.

De acordo com a pesquisa “Cultura em números: Anuário de estatística culturais” (2010)<sup>1</sup>, o município de Criciúma não contribui com esse ranking, não tendo patrimônios tomados nem no órgão estadual, nem no órgão federal. Dados esses que serão aprofundados e analisados no decorrer dessa dissertação.

---

1 A publicação traz à tona diagnósticos e panoramas das estatísticas, dos indicadores e dos gráficos que tornam evidentes tanto a força cultural do nosso país, quanto seu descompasso com certas estruturas de gestão e, ainda, as dificuldades de acesso da nossa população a equipamentos e outros aparatos diretamente relacionados à fruição cultural. Trata-se de um precioso instrumento para injetar maior objetividade e racionalidade na gestão cultural a fim de acompanhar e avaliar o impacto dos programas e das políticas. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/6687>. Acessado em: 20.dez.2019.

Criciúma é uma cidade com mais de 120 anos. A imigração teve papel preponderante para sua constituição como município. Os documentos pesquisados que apresento no decorrer desse estudo, demonstram possíveis distorções na visão das gestões públicas da cidade do que é de fato patrimônio histórico cultural, e com isso, resulta em fragilidades na construção de políticas públicas para o setor.

Nesse sentido, importa problematizar o que significa e a quem serve a preservação patrimonial, e assim, trabalhos como esse podem contribuir com a análise de estratégias no campo da educação, para que a população desperte a compreensão acerca da valorização e preservação do patrimônio histórico cultural, passando a defender que o tema seja tratado como projeto político, social e mobilize esforços para pressionar para que sejam materializadas políticas públicas de acesso cultural, enquanto direito social da população.

Nesse sentido, importa analisar como está tratado esse tema nas normatizações educacionais e programas nacionais, tais como: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), Plano Nacional de Educação (PNE), Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Programa Mais Educação (PME) ou Programa Novo Mais Educação (PNME), O Programa de Ações Articuladas (PAR), bem como nas normatizações e programas locais de Criciúma. E ainda, analisar como são feitas e desenvolvidas as políticas públicas de patrimônio histórico e cultural em Criciúma, quer seja por iniciativas locais, estaduais ou nacionais.

Tramitam judicialmente, numerosos casos de abandono ao patrimônio material, demolições sem autorização, decorrentes de sucessivas gestões da prefeitura que negligenciaram as pautas de valorização e preservação do patrimônio. Exemplos não faltariam para mostrar e relatar a seletividade imposta por setores especulativos, seja no campo imobiliário, seja em outras atividades econômicas.

Vejam o caso da remoção das pedras portuguesas, conhecidas na região como *Petit-pave*, da praça central Nereu Ramos no centro da cidade em 2011, fato que foi denunciado ao Ministério Público e resultou em ação civil, determinando assim a paralisação da retirada das pedras portuguesas.

O *Petit-Pave* ainda existe em alguns lugares da cidade, como: no parque centenário, no entorno do Paço Municipal e outras praças da cidade, na praça da chaminé no bairro Próspera, Santa Bárbara e Santa Luzia, bem como em algumas partes da principal avenida do município, a Avenida Centenário. Vale lembrar também as demolições ocorridas ao longo do tempo, vejamos o caso da Memorial Casa do Agente Ferroviário Mario Ghisi.

A casa encontra-se na área central da cidade, as margens da principal avenida. De arquitetura inglesa de meados da década de 1920, o Memorial Casa do Agente Ferroviário Mario Ghisi retrata a história da ferrovia que corta o litoral catarinense, a Estrada de ferro Tereza Cristina (FTC).

Durante a construção do novo terminal de transporte urbano em 1995 a construtora responsável foi acusada de demolir a casa sem autorização da prefeitura, segundo informações da mídia que constam no processo, as explosões com dinamites no subsolo do túnel do terminal teriam abalado a estrutura da casa, motivação que levou os responsáveis pela obra a derrubarem a casa.

Com mobilização de setores da sociedade civil, órgãos públicos, mídia e ação do Ministério Público, a justiça condenou a empresa a reconstruir a casa preservando suas características. As obras foram acompanhadas sobre forte fiscalização da sociedade e de setores de preservação ao patrimônio histórico cultural. Tal caso se tornou emblemático, pois mostrou como os setores articulados podem reverter situações de destruição do patrimônio.

Cito aqui alguns exemplos do descaso, despreparo, falta de conhecimento e, sobretudo, dos interesses econômicos e visão de progresso ao qual setores preservacionistas convivem cotidianamente. A ideia da pesquisa é identificar e, junto à comunidade escolar as possibilidades de políticas educacionais que avancem no sentido de conscientizar sobre a importância do patrimônio histórico cultural na região.

A grande maioria dos especialistas afirma que o patrimônio histórico não é apenas uma questão do poder público, obviamente que é parte fundamental, mas também uma questão de interesse da sociedade, e por isso faz-se necessário defender a preservação como um direito social. Entretanto, é

necessário também um processo educativo muito forte, para que se construa a consciência de preservação como um direito da população.

A internalização do sentimento de pertencimento de uma comunidade com a sua cultura deve-se dar com uma ampla discussão entre elas, que possivelmente poderá inverter a lógica que se apresenta na ideia de “supervalorização do progresso”, como uma coisa essencialmente positiva e essencial em detrimento da despreocupação com o patrimônio histórico cultural. Desse modo, faz-se necessário compreender por que o patrimônio não é valorizado em detrimento da especulação financeira sobre o patrimônio, tanto pelo ponto de vista das políticas públicas, quanto sobre o viés da sociedade.

Importa visualizar de que modo as políticas educacionais podem reverter a construção cultural imposta pelo mercado e a ausência de uma maioria da sociedade em relação a valorização e preservação do patrimônio histórico cultural.

Desde as décadas de 1990 até os dias de hoje, várias foram as iniciativas na busca por compreender questões, que no mínimo, nos causa curiosidade como, por exemplo, quando citei acima a questão da retirada da “pedra da discórdia” as famosas pedras portuguesas, conhecidas na região como *Petit-pave*<sup>2</sup>. Não foram poucas às vezes que em ouvi de colegas da educação que tal pavimento estaria ultrapassado e seria a causa de numerosos acidentes, o que torna curioso o tema, é que muitos desses colegas nas férias, por exemplo, no Rio de Janeiro postavam fotos no calçadão de Copacabana contemplando as famosas pedrinhas “perigosas”. Exemplos como esses são recorrentes, e não é necessário ir muito longe, é possível ver diversos patrimônios depredados, sucateados e desassistidos por falta de investimento e cuidados necessários à sua preservação. Lemos (1981) nos diz que:

---

2 Também conhecida como pedra portuguesa é o nome consagrado de um determinado tipo de revestimento de piso utilizado especialmente na pavimentação de passeios e dos espaços públicos de uma forma geral. A calçada portuguesa resulta do calcetamento com pedras de formato irregular, geralmente de calcário e basalto, que podem ser usadas para formar padrões decorativos pelo contraste entre as pedras de distintas cores. As cores mais tradicionais são o preto e o branco, embora sejam populares também o amarelo e o vermelho. Disponível em: <http://pisodepedra.com.br/dicas-pisos/pedra-portuguesa-petit-pave>. Acessado em 4.jan.2020.

Poucos, muitos poucos tem a visão global do problema constituído pela defesa da memória e de seus bens representativos. A esses naturalmente, aflige o descaso impune que assiste à destruição desnecessária de elementos do patrimônio. (p. 30).

Desse modo é também natural que a memória possa ser para alguns um instrumento para atender interesses, sejam eles os mais diferentes. É papel da história enquanto ciência analisar, criticar o passado, as fontes e, conseqüentemente, buscar caminhos que levem a uma análise mais ampla que apenas história dos vencedores, ou seja, do ponto de vista do patrimônio histórico cultural, e assim, é necessário ampliar as possibilidades que permitam a comunidade conhecer, ter acesso e sentir-se como sujeito da história, e dessa forma colocar a preservação de sua cultura com veemência.

Organizo o presente estudo da seguinte forma: abordarei inicialmente no Capítulo 1 apresentarei a revisão de literatura e as políticas educacionais sobre PHC, buscando fundamentar a análise documental; no Capítulo 2, trarei a Metodologia, destacando o levantamento documental e bibliográfico com o tema patrimônio histórico e cultura na cidade de Criciúma, situando-a como *locus* de nossa pesquisa, descrevendo os patrimônios históricos culturais da cidade, mostrando a atuação do poder público nesse setor, inclusive como o tema é tratado como política pública local, quais as ações federais que chegam na cidade, bem como, como a educação local trata e aborda o tema; e no Capítulo 3, destacarei a análise das políticas educacionais de valorização e preservação do PHC da cidade de Criciúma.

Por fim, nas considerações finais abordarei a síntese da pesquisa, os principais achados e os limites e avanços da pesquisa, indicando estudos futuros para dar seqüência do debate e investigações sobre o tema.

## **CAPÍTULO 1. REVISÃO DA LITERATURA SOBRE PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL E POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

## 1.1. PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL E MEMÓRIA

Entende-se que a memória é algo inerente a cada indivíduo, algo particular que se acumula no decorrer da vida, segundo Moreira (2004) é uma construção psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado. Nos dizeres de Pollak (1992), “a priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa”. Todavia, este indivíduo está “inserido num contexto familiar, social, nacional. Na perspectiva de Maurice Halbwachs<sup>3</sup> (1877-1945), toda memória é coletiva”. MOREIRA, 2004, prelo)

Maurice Halbwachs nos anos 20 - 30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. Se destacamos essa característica flutuante, mutável, da memória, tanto individual quanto coletiva, devemos lembrar também que na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes e imutáveis. (POLLAK, 1992, p. 201)

Segundo Pollak (1992) constituem-se elementos da memória (individual ou coletiva) os “fatos vividos” pessoalmente e os acontecimentos vividos por tabela. Neste segundo caso o autor classifica como os fenômenos vivenciados pelo grupo, ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer.

São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas, que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Locais muito longínquos, fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa, podem constituir lugar importante para a memória do grupo, e por conseguinte da própria pessoa, seja por tabela, seja por pertencimento a esse grupo. (POLLAK, 1992, p. 2001/2002)

---

3 [...] Halbwachs escreveu contra a ideia de lembranças se associando espontaneamente por imagens, dizendo que as lembranças se encadeiam não por associacionismo, mas por cruzamentos de “correntes de memórias” que escapam ao espontaneísmo da consciência. A tese central da obra póstuma de Halbwachs, “A memória coletiva”, consiste em afirmar que a recordação só é possível “quando nos colocamos no ponto de vista de um ou mais grupos e de nos situar novamente em uma ou mais correntes do pensamento coletivo.” (HALBWACHS, 2004, p. 36). Esse “ponto de vista” deve ser compreendido à luz dos quadros sociais, que são “instrumentos utilizados pela memória coletiva para reconstruir uma imagem do passado, a qual está de acordo, em cada época, com a mentalidade predominante da sociedade” (HALBWACHS, 1992, p. 40)

A crítica que se faz da utilização da memória enquanto método histórico é que ela é capaz de produzir representações<sup>4</sup> e não a reconstrução do real. Nesse debate sobre fonte oral e fonte escrita Pollak (1992) não vê diferença entre os métodos, para ele a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. A fonte escrita também não pode ser tomada tal e qual ela se apresenta. Oliveira (2010) expõe que no século XX, a ideia de documento se expande para todo tipo de relato sobre a ação do homem, além da palavra escrita. Inicialmente os monumentos (obra arquitetônica ou peça funerária) eram um objeto “legado à memória coletiva”, o elemento presente de representações do passado.

Para Le Goff (1990) os documentos são objeto privilegiado da história, quando são também recolhidos e acumulados pela memória coletiva. Por um lado, a história é uma reflexão crítica sobre os documentos, de como ele é recortado, depurado, criticado. Os documentos são, para a história, o resultado de uma montagem das sociedades que os produziram e das épocas pelas quais se manteve. Daí, o método mais importante é analisar as condições de produção dos documentos. De outro, uma memória coletiva encontra nesses documentos seus fundamentos: a memória passa a ser valorizada por meio de obras ou edificações, instituídas como patrimônio histórico cultural

No entanto, sob outra perspectiva, o pensamento de Pierre Nora (1993) sobre memória e história, possuem a seguinte conformação:

[...] A memória é a vida”, aberta à dialética da lembrança e da amnésia. A história é a reconstrução problemática e incompleta do que não mais existe. A memória é o lugar do presente eterno; a história, uma representação do passado. A memória é coletiva, enquanto a história é universal. A memória enraíza-se no concreto, nos objetos e gestos. A história vincula-se às continuidades temporais. A memória é o absoluto, enquanto que a história, o relativo. Assim, constitui-se uma história crítica da memória (PIERRE NORA, 1993 p. 9)

---

4 A realidade só pode existir a partir do olhar debruçado sobre ela e das significações atribuídas e compartilhadas – ou seja, das representações que fazemos sobre o mundo que nos cerca e do sistema de crenças e valores organizado a partir dessas representações. As Representações Sociais são, portanto, um processo dinâmico de criação e recriação permanente de uma realidade em uma interação constante e dialética entre o indivíduo e o grupo a que pertence (BAREICHA 2004, 40 apud LIMA 2013 P. 21)

Meneses (1992, p.10) observa que a memória é como mecanismo de registro e retenção, depósito de informações, conhecimento e experiências. Na perspectiva das representações, torna-se importante saber como a população interpreta fatos e acontecimentos significativos que afetam coletivamente uma determinada localidade. No caso dessa pesquisa, é importante saber como a memória coletiva descreve o que é patrimônio histórico e qual o significado histórico de um determinado bem cultural para a cidade, ou seja, para os munícipes, especialmente, no contexto educacional.

Fazemos apelo aos testemunhos para reforçar ou debilitar, mas, também para completar o que, *a priori*, sabemos de um determinado evento. Halbwachs (1990) descreve que a principal testemunha somos nós mesmos. Talvez se tenha criado uma opinião apoiando-se no depoimento de outrem. Assim ao retornar a uma determinada localidade onde já estivemos durante um determinado período, aquilo que observamos colabora para que possamos construir uma representação que em partes estavam esquecidas.

Para Oliveira (2010) a noção de memória introduzida por Halbwachs nos permite assimilar com profundidade o tema patrimonial.

Se o que vemos hoje tivesse que tomar lugar dentro do quadro de nossas lembranças antigas, inversamente essas lembranças de adaptariam ao conjunto e nossas percepções atuais. (...) se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada não somente pela mesma pessoa, mas por várias. (...) nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós vimos (HALBWCHS ,1990, p. 25).

Essas reflexões sobre memória individual e memória coletiva, linha de trabalho aberta por Halbwachs, são a base para o desenvolvimento da história oral<sup>5</sup>, metodologia introduzida no Brasil nos anos de 1970. Esse método conquistou diversos adeptos entre os cientistas sociais, ampliando assim os que a praticam: historiadores, antropólogos, cientistas políticos, sociólogos, pedagogos, teóricos da literatura, psicólogos e outros (FGV-CPDOC, 2019).

---

5 Metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea. (FGV - CPDOC, 2019 <https://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral> . Acessado em: 10. Nov,2019.



Oliveira (2010) descreve que no Brasil a referência sobre o tema memória é a psicóloga Eclea Bosi (1983) cuja obra *Memórias de Velho* recupera de Halbwachs a hipótese psicossocial da memória. Por conseguinte, deve-se refletir, por um lado, sobre o tema da construção social da memória em que o contexto social, a convenção e a elaboração grupal possuem grande relevância. E, por outro, avaliar qual a importância da dimensão onírica fantasiosa da memória, na qual as imagens formam uma unidade subjetiva, uma “pessoa”, por exemplo, a partir da evocação (ou descarte) de algo que pode ou não ser importante.

Por conseguinte, deve-se refletir, por um lado, sobre o tema da construção social da memória em que o contexto social, a convenção e a elaboração grupal possuem grande relevância.

Oliveira (2010) destaca que Bosi mantém a pressuposição de Halbwachs, numa versão dialética, qual seja: a memória do grupo depende das lembranças individuais; que se sustentam, adquirem coerência e coesão pelo que têm de substância social.

Bosi (1983) inicialmente descreve que estas lembranças individuais estão marcadas pelas dimensões de temporalidades do contexto. Assim, temos o tempo social (tempo do trabalho, tempo da família, tempo do lazer, dentre outros) os quais datam as lembranças do tempo daquela geração que vivenciou e que ao lembrarem juntos, trazem uma linha que guia o curso das imagens passadas. (apud OLIVEIRA, 2010).

Além do tempo, Oliveira (2010) expõe que no trabalho de Eclea Bosi (1983) o espaço também ocupa um lugar privilegiado nas autobiografias por ela coletadas. Segundo a autora. “há algo na disposição espacial que torna inteligível nossa posição no mundo, nossa relação com outros seres” (BOSI, 1983 p. 370 apud OLIVEIRA, 2010 p. 137).

O espaço em que se vive torna-se base para o relacionamento, tanto com outras pessoas, mas, também com lugares e objetos (a casa, a mobília, o calçamento, ruas, os sons) e possibilita a criação de vínculos que perduram mesmo quando alguns deles já não mais existem (OLIVEIRA, 2010).

E por fim, Oliveira coloca que para Bosi a análise das lembranças do trabalho deve considerar o tempo subjetivo e a realidade objetiva da estrutura capitalista. (BOSI, 1983, p. 390, apud OLIVEIRA, p. 137) A memória do trabalho surge como um campo poderoso quando se revive uma prática. A narrativa memorialista encontra no trabalho o seu motivo de ser, substância da vida (BOSI, 1983, p. 393 apud OLIVEIRA 2010 p. 137).

A diversidade com qual a história oral se apresenta permite sua utilização por muitos astuciosos. Thompson (1992) nos mostra que não é possível fixar suas fronteiras, considera que seja um método utilizado por jornalistas, sociólogos e antropólogos. Todos, segundo ele, provendo à história. Portanto, a história oral é uma questão de método surgida na contemporaneidade quando Allan Nevins<sup>6</sup> utilizou um gravador para registrar depoimentos/memórias de personalidades influentes da história americana.

Os testes básicos de comprovação da fidedignidade, busca de consistência conferência cruzada de detalhes de outras fontes, confronto de evidências com um contexto mais amplo, são exatamente os mesmos para outras fontes. Todas são falíveis sujeitas a viés, e cada uma delas possui variáveis em situações diferentes. Em alguns contextos, a evidência oral é o que há de melhor; em outros, ela é suplementar, ou complementar, a de outras fontes (THOMPSON, 1992 p. 176)

Portanto, o testemunho oral, assim como outros tipos de fontes históricas, deverá ser reexaminado à luz de outras fontes, eventualmente acatado, ou posto de lado ou criticado (OLIVEIRA, 2010).

## 1.2. PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL VERSUS DESENVOLVIMENTO URBANO

No processo de urbanização e verticalização das cidades se percebe que o Patrimônio Histórico Cultural Arquitetônico, identificado pela memória edificada, perde espaço para o processo de modernização. Portanto, é importante identificar qual a origem desse processo de desenvolvimento e de crescimento urbano e como esse processo impacta na história da cidade. Knak (2007, p. 44), afirmou que:

---

<sup>6</sup> Historiador da Universidade de Columbia

As ações, individuais ou coletivas, formam as experiências que construíram a cidade, que formaram seu imaginário coletivo, as edificações representadas pelo patrimônio histórico da cidade são apenas uma expressão dessa identidade.

Assim, pode-se deduzir que patrimônio é o espelho dessas identidades pois ele reflete a memória social que dá similitude aos habitantes na interpretação dos espaços. Pode-se dizer que a constituição de uma cidade é também um indício de como se organiza uma comunidade. (KNAK, 2007).

Como exemplo, o longa-metragem “Narradores de Javé”<sup>7</sup>, de Eliana Caffé, apresenta um debate sobre identidade local a partir da eleição de um patrimônio histórico cultural que seja exequível de barrar a modernidade que chega com construção de uma hidrelétrica na cidade de Javé, localizada no sertão nordestino. Para a nova construção, a cidade deverá ser submergida.

Ao analisar a obra de Caffé, Campos (2013) identifica, a partir dos relatos dos personagens, três categorias de análise: “referência”, “identidade”, “memória”. Esses são os destaques da narrativa.

Na história Zaqueu, personagem interpretado pelo ator Nelson Xavier, é o líder do povoado de Javé, que organiza e comanda a luta pela preservação do povoado contra o governo federal que pretende construir uma hidrelétrica que inundará toda Javé. Ao saber dessa trágica notícia Zaqueu divulga na igreja aos demais moradores que existe uma chance de salvação, que seria a descrição e catalogação de uma ‘história grande’ de Javé, por meio de uma ‘coisa de tombamento’. Porém, ele adverte, para que haja validade, é imperioso

---

7 Ficha técnica: Título Original: Narradores de Javé; Gênero: Comédia; Tempo de Duração: 100 min.; Ano de Lançamento (Brasil): 2003; Distribuição: Lumière e Riofilme; Direção: Eliana Caffé; Roteiro: Luiz Alberto de Abreu e Eliana Caffé; Produção: Vânia Catani e Bananeira Filmes; Coprodução: Gullane Filmes e Laterit Productions; Música: DJ Dolores e Orquestra Santa Massa; Som: Romeu Quinto; Fotografia: Hugo Kovensky; Direção de Arte: Carla Caffé; Figurinista: Cris Camargo; Letreiros: Carla Caffé e Rafael Terpins; Edição: Daniel Rezende; Elenco | José Dumont (Antônio Biá), Matheus Nachtergaele (Souza), Nelson Dantas (Vicentino), Gero Camilo (Firmino), Néilson Xavier (Zaqueu); Premiações | Prêmio da crítica no Festival Internacional de Friburgo, Suíça, 2003 | Prêmio Gilberto Freyre no Cine PE - Festival do Audiovisual 2003 (antigo Festival de Recife) | Prêmios de melhor filme do júri oficial e do júri popular e prêmio de melhor ator para José Dumont no Festival do Rio 2003 | Prêmios de melhor filme independente e melhor roteiro no 30º Festival Internacional do Filme Independente de Bruxelas, Bélgica | Prêmio de melhor filme no VII Festival Internacional de Cinema de Punta del Este, 2004 | Melhor filme de ficção no 5º Festival de Cinema des 3 Ameriques, realizado em Quebec, Canadá, 2004(CÔRTEES, 2010).

Fonte: CAMPOS, Yussef Daibert Salomão – **Proposições para o PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL**. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acessado em: 11.dez.2019.

que a invenção do patrimônio de Javé seja perfeita pois 'só tem valor, se for científico'; atribuindo, desse modo, à ciência o sinônimo de verdade.

Os moradores concluem, então, que a história da fundação do povoado seria argumento que daria o ponto de partida para a elaboração do documento que salvaria Javé do seu destino.

Utilizando-se da história oral, como metodologia da pesquisa de campo, os moradores de Javé buscam criar um dossiê ('livro da salvação') que fundamente o processo de tombamento das expressões culturais daquele povoado, única maneira de salvar a cidade onde todos cresceram, criaram seus filhos e enterraram seus mortos. (CAMPOS, 2013, p. 57)

Cabe ao personagem vivido pelo ator José Dumont, o carteiro Antonio Biá, agora desenvolvendo o ofício de historiador, a tarefa de colher os depoimentos dos moradores e escrever o documento, em atuação típica de gestor do patrimônio. Com um enorme caderno em branco em mãos, Biá começa a visitar a população com o intuito de colher relatos sobre a fundação do povoado de Javé. Na narrativa dos entrevistados surgem as personagens de Indalécio de Maria Dina, que, segundo consta, são os fundadores da cidade de Javé, aos quais os narradores atrelam suas ascendências. Biá relata, Javé tem história 'muito contada e ouvida, mas nunca escrita e lida' (CAMPOS, 2013).

Na construção da história de Javé as Representações Sociais, conceito da psicologia social, surgem como "um processo dinâmico de criação e recriação permanente de uma realidade em uma interação constante e dialética entre o indivíduo e o grupo à qual pertence" (BAREICHA 2004, 40 apud LIMA 2013 P. 21) e essas representações tem como essencialidade a memória arraigada no passado que, segundo Meneses (1992), lhe fornece a seiva vital e ao qual ela serve, e que passa a transmitir, no presente, as lembranças acumuladas. Em segundo lugar, mostrar que em certos momentos, desenvolvimento urbano e preservação do patrimônio histórico cultural podem ser conflitantes, pois o desenvolvimento, no caso de Javé, não considerou as referências da população, a identidade, a memória social da população local e o direito à cidadania.

Segundo Vieira Filho (2011) as práticas urbanísticas no Brasil, historicamente, estão voltadas para ações de requalificação urbana e focadas nos grandes centros.

Tal perspectiva tem indicado uma dupla possibilidade: forte perda de edificações históricas como medida de tornar a área atrativa para o setor imobiliário, despojando as cidades de sua memória social e desconsiderando a história como direito e componente da cidadania. Já a segunda, por outro lado, ao optar pela manutenção das edificações históricas como novo produto de diferenciação de oferta imobiliária no *marketing* urbano, volta-se para a lógica do *city marketing* e para a estetização da diversidade, que Compans (2004) colocara como mercantilização da cidade para grupos sociais de alta renda. VIEIRA FILHO, 2011 p, 43)

Essa proposta de requalificação urbana e focada nos grandes centros não promove a derrubada das edificações e mantém as áreas históricas preservadas (edificações, áreas verdes etc.) Porém, ao se voltar para a mercantilização dos espaços urbanos, essa opção, acaba por privilegiar um estilo de vida voltado para à apropriação privada dos espaços de memória histórica coletiva e seu conteúdo, o que pode acarretar na modificação do espaço urbano, em que áreas periféricas são remodeladas e transformadas em espaços nobres ou comerciais.

A gentrificação e a conseqüente segregação socioespacial, segundo Vieira (2011), transforma o que era um direito social em área privada beneficiando uma elite com grande poder econômico. Nesse processo áreas periféricas são ressignificadas e transformadas em áreas nobres ou comerciais.

Esse tipo de modificação do espaço urbano eleva os custos de moradia o que causa a expulsão da população original que é substituída por um perfil comercial ou de grupos sociais mais abastados. Considerando que não há memórias sem temporalidade, as três categorias definidas por Campos (2013): “referência”, “identidade” e “memória” com a gentrificação deixam de existir. Assim, o Patrimônio Histórico Cultural Arquitetônico, identificado pela memória edificada, fica sujeito a sucumbir, ao perder espaço para o processo de modernização da cidade.

### 1.3. PHC MATERIAL E IMATERIAL NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

A literatura sobre Patrimônio Histórico Cultural, em particular os escritos de Carlos A. C. Lemos (1981) acerca da definição do objeto em tela, divide o tema em três categorias: (i) Meio Ambiente - Estão categorizados nesse tema os elementos da natureza que possibilitam que um determinado local seja habitável. São os recursos naturais como os rios, as águas desse rio, os peixes desse rio, as cachoeiras e corredeiras. As árvores, suas frutas e sua madeira, as terras semeáveis. O meio ambiente dá o clima que condiciona o comportamento dos povos, e a paisagem que dá orientação em determinado sítio; (ii) Conhecimento, nesse segundo grupo estão elencadas todas as habilidades necessárias do homem para a sobrevivência no meio ambiente. São todos os elementos não tangíveis do Patrimônio Histórico Cultural e; (iii) Bens culturais – Nesta categoria estão inclusos uma amplitude de coisas tais como: objetos, artefatos, construções. Para Lemos (1981) artefato talvez seja o vocabulário mais importante, pois engloba desde um machado de pedra até foguetes interplanetários.

Por conseguinte, entende-se por Patrimônio Histórico Cultural consiste em tudo aquilo que possui significado social. Abarca feitos tão diversos tais como os monumentos e obras de arte, edificações, bens tangíveis e também os bens intangíveis como as festas, as músicas e danças, as lendas os folguedos, as formas e instrumentos de trabalho, as vestimentas, os costumes, a religião, as comidas, e os saberes fazeres e falar, por exemplo. Esses são, portanto, de natureza imaterial e dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). (IPHAN - a)

Como vimos o Patrimônio Histórico Cultural não está restrito apenas as coisas tangíveis. Mas, a tudo que um conjunto de pessoas que compartilham propósitos, gostos, preocupações e costumes, e que interagem entre si constituindo uma comunidade, produz física e intelectualmente com as mãos, as ideias e a fantasia e que possui importância histórica e cultural para uma comunidade, localidade, região ou país e tenham um valor único, durabilidade e representatividade material ou simbólica para a sociedade. Vale destacar, os artigos 205 e 206 da Constituição Brasileira que inclui como Patrimônio Histórico Cultural os bens imateriais que fazem parte da Cultural Nacional.

De acordo com o art. 216 da Carta Magna, constituem Patrimônio Histórico Cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, os quais estão inclusos:

I – As formas de expressão;

II – Os modos de criar, fazer e viver;

III – As criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Baseado nos preceitos constitucionais, o Patrimônio Histórico Cultural imaterial - entendidos como a expressão dos modos de criar, fazer e viver das várias comunidades formadoras da sociedade brasileira são transmitidas, no tempo e no espaço, de geração em geração e vem obtendo visibilidade e notoriedade. Todavia, foi no século XXI que surgiu uma legislação específica para a preservação desses bens culturais (ALVES, 2012, p. 11).

### **1.3.1. Patrimônio Imaterial**

O parágrafo 1º do art. 216 da Constituição institui a parceria entre o poder público e as comunidades para a promoção e proteção do Patrimônio Histórico Cultural brasileiro. Porém, a gestão do patrimônio e da documentação relativa aos bens permanece sob a responsabilidade da administração pública.

[...] Enraizado no cotidiano das comunidades e vinculado ao seu território e às suas condições materiais de existência, o patrimônio imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado e apropriado por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos de sua identidade (IPHAN - b).

O histórico da legislação atual sobre Patrimônio Histórico Cultural Imaterial remonta ao ano de 1997, quando da realização do Seminário Internacional “Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção”, realizado durante as comemorações do sexagésimo aniversário do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Nesse evento foi redigida a

*Carta de Fortaleza* que propôs, entre outras medidas, (i) estudo sobre o conceito de bem cultural de natureza imaterial; (ii) a realização do inventário desses bens culturais em âmbito nacional.

Além da Constituição, o Brasil possui outras legislações que visam a proteção Patrimônio Histórico Cultural Imaterial, quais sejam:

- Decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000 - Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem Patrimônio Histórico Cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial;
- Decreto legislativo nº. 22 de 1º de fevereiro de 2006 - Aprova o texto da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Histórico Cultural Imaterial, celebrada em Paris, em 17 de outubro de 2003;
- Decreto nº 5.753 de 12 de abril de 2006 - Promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Histórico Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003, e assinada em 3 de novembro de 2003;
- Decreto nº 6.844 de 7 de maio de 2009 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

No nível internacional a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em sua 32ª sessão, realizada em Paris do dia 29 de setembro ao dia 17 de outubro de 2003, aprovou a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Histórico Cultural Imaterial que foi ratificada pelo Governo brasileiro em 1º de março de 2006.

Não obstante, a importância dos elementos da natureza e os conhecimentos que permitam ao homem sua sobrevivência no seu meio ambiente, neste texto serão tratados apenas os elementos inerentes ao



Patrimônio Arquitetônico dito histórico e ao Patrimônio Histórico Cultural Imaterial.

### **1.3.2. Patrimônio Material**

Silva (2011) define o Patrimônio Histórico Cultural material a partir do suporte físico que tais bens conservam/apresentam diretamente. Engloba as peculiaridades e características pelas quais os seus valores culturais, como nos casos das edificações, objetos e artefatos. Essa definição de Silva remete ao início do século XX quando da promulgação da primeira normativa que trata desse tema.

Durante os anos 1920, algumas iniciativas já indicavam a necessidade de reconhecimento público de proteção patrimônio histórico e artístico. É o caso do Decreto nº 24.735, de julho de 1934 que criou a Inspeção de Monumentos Nacionais<sup>8</sup>. Em 1937, a Inspeção foi extinta em função da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, gerido e gerado por intelectuais modernistas – que participaram da Semana de Arte Moderna em 1922 (MAGALHÃES, 2004, p. 12).

A iniciativa de criação de uma entidade de proteção ao Patrimônio Histórico Cultural começou a tomar forma quando, em 1936, Mario de Andrade foi convidado a elaborar um documento para a criação de uma instituição nacional de proteção do patrimônio. Esse o documento foi usado nas discussões preliminares sobre a estrutura e os objetivos do SPHAN, criado pelo Decreto-Lei nº 25 assinado em 30 de novembro de 1937 pelo, então, presidente Getúlio Vargas (FGV/CPDOC).

---

<sup>8</sup> Mesmo sendo projetada para atuar em todos os centros históricos do país, entre os quais Salvador (BA), Olinda (PE) e Ouro Preto(MG) a Inspeção de Monumentos Nacionais, vinculada ao Museu Histórico Nacional, criado em 1922 e dirigido por Gustavo Barroso, em seus três anos de funcionamento, restringiu suas ações preservacionistas à referida cidade histórica mineira, que, em 1933, foi elevada a Monumento Nacional, pelo Decreto 22.928 de 12 de julho. (MAGALHÃES, 2004, p. 12)

Apesar de não ter sido a primeira lei publicada no Brasil a respeito da proteção do Patrimônio Histórico Cultural ela foi essencial para a preservação de uma herança para futuras gerações ao proteger legalmente o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ao criar o SPHAN, hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

De acordo com o art. 1º do Decreto-lei nº 25/1937, se constitui como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937).

Também, foi instituído o tombamento a partir da criação dos quatro Livros do Tombo. Assim, os bens tratados no art. 1º, só seriam integrantes do patrimônio histórico o artístico nacional depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo (BRASIL, 1937).

Conforme exposto no site do IPHAN, os Livros do Tombo estão assim particularizados:

**Quadro 1** Característica dos Livros Tombos

<p>Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico</p>	<p>Nesse livro são inscritos os bens culturais em função do valor arqueológico, relacionado a vestígios da ocupação humana pré-histórica ou histórica; de valor etnográfico ou de referência para determinados grupos sociais; e de valor paisagístico, englobando tanto áreas naturais, quanto lugares criados pelo homem aos quais é atribuído valor à sua configuração paisagística, a exemplo de jardins, mas também cidades ou conjuntos arquitetônicos que se destaquem por sua relação com o território onde estão implantados.</p>
<p>Livro do Tombo Histórico</p>	<p>Nesse livro são inscritos os bens culturais em função do valor histórico. É formado pelo conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no Brasil e cuja conservação seja de interesse público por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil. Para melhor condução das ações do Iphan, reúne, especificamente, os bens culturais em função do seu valor histórico que se dividem em bens imóveis (edificações, fazendas, marcos, chafarizes, pontes, centros históricos, por exemplo) e móveis (imagens, mobiliário, quadros e xilogravuras, entre outras peças).</p>
<p>Livro do Tombo das Belas-Artes</p>	<p>Reúne as inscrições dos bens culturais em função do valor artístico. O termo belas-artes é aplicado às artes de caráter não utilitário, opostas às artes aplicadas e às artes decorativas. Para a História da Arte, imitam a beleza natural e são consideradas diferentes daquelas que combinam beleza e utilidade. O surgimento das academias de arte, na</p>

	Europa, a partir do século XVI, foi decisivo na alteração do <i>status</i> do artista, personificado por Michelangelo Buonarroti (1475 - 1564). Nesse período, o termo belas-artes entrou na ordem do dia como sinônimo de arte acadêmica, separando arte e artesanato, artistas e mestres de ofícios.
Livro tomo das Artes Aplicadas	Contém a descrição de bens culturais em função do valor artístico, associado à função utilitária. Essa denominação (em oposição às belas artes) se refere à produção artística que se orienta para a criação de objetos, peças e construções utilitárias: alguns setores da arquitetura, das artes decorativas, design, artes gráficas e mobiliário, por exemplo. Desde o século XVI, as artes aplicadas estão presentes em bens de diferentes estilos arquitetônicos. No Brasil, as artes aplicadas se manifestam fortemente no Movimento Modernista de 1922, com pinturas, tapeçarias e objetos de vários artistas.

Fonte: IPHAN - <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/608>

Esse **Quadro 1** apresenta as características dos bens tombados pelo IPHAN desde a sua fundação em 1937.

#### 1.4. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A Educação Patrimonial remonta a meados do século XX, mais precisamente, aos anos 60 quando Rodrigo Melo Franco de Andrade, então presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em diversas publicações e discursos discorre sobre a importância da educação na preservação do patrimônio de arte e de história do país.

Florêncio (2015) diz que desde a criação, o IPHAN já havia se manifestado sobre a importância da educação patrimonial. Mas, muito antes disso Mario de Andrade, nos anos de 1930, mencionava a importância do caráter pedagógico dos museus e das imagens para as ações educativas. Segundo Oliveira (2011), Rodrigo Melo Franco de Andrade acreditava que não havia outro caminho para a preservação a não ser a educação popular.

Os círculos de cultura, movimentos populares surgidos nas décadas de 1950 e 1960, são a origem da educação popular definida por Gedeon (2014) como um movimento de cunho político cujo objetivo era atender as classes populares principalmente os setores marginalizados e excluídos da sociedade. É um método educacional focado na valorização dos saberes do povo e nas

suas realidades culturais, enaltece o diálogo e a participação comunitária na construção de novos saberes.

Nessa perspectiva, estudar educação patrimonial a partir do ponto de vista da educação popular significa priorizar conceitos fundamentais sobre Patrimônio Histórico Cultural, pois abrange as categorias de identidade, memória e cultura.

Entretanto, efetivamente a Educação Patrimonial, entendida como ela é hoje, só tem início nos anos de 1980 quando da realização do 1º Seminário de Educação Patrimonial realizado em Petrópolis, RJ, no Museu Imperial em 1983, quando Maria de Lourdes Parreiras Horta realizou pelo IPHAN, uma sistematização das ações educativas em museus e fora deles. (SOARES e OOSTERBEEK, 2018, p. 52).

Segundo Soares e Oosterbeek (2018) o Seminário foi inspirado no conceito da “*Heritage Education*”, termo de origem inglesa, que propõe a utilização do ambiente histórico como recurso didático de ensino.

Também nessa década foi criado pela Fundação Nacional Pró-Memória o Projeto Interação, experimento que visava a integração da educação básica com a diversidade de cenários culturais existentes. Brandão (1996 apud Florêncio 2015, p. 22) descreve que o projeto intencionava diminuir a distância entre a educação escolar e o cotidiano dos alunos considerando a ideia que o binômio cultura e educação são indissociáveis. Importante salientar que essa proposta educacional tinha como finalidade o desenvolvimento de:

Ações destinadas a proporcionar à comunidade os meios para participar, em todos os níveis, do processo educacional, de modo a garantir que a apreensão de outros conteúdos culturais se faça a partir dos valores próprios da comunidade. A participação referida se efetivará através da interação do processo educacional às demais dimensões da vida comunitária e da geração e operacionalização de situações de aprendizagem com base no repertório regional e local (BRANDÃO, 1996, p. 293 apud IPHAN, 2014 p.10).

Por conteúdos culturais, Brandão (1996 apud FLORÊNCIO, 2015, p. 22) destaca que:

[...] é um processo global em que não se separam as condições do meio ambiente daquelas do fazer do homem, em que não se deve

privilegiar o produto – habitação, templo, artefato, dança, canto, palavra – em detrimento das condições históricas, socioeconômicas, étnicas e ecológicas em que tal produto se encontra inserido (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1983 apud BRANDÃO, 1996).

Para debater sobre a relação entre educação e patrimônio histórico cultural, considero oportuno retomar os conceitos tratados no capítulo 1 desse estudo, dentre eles história, memória e educação patrimonial e relacionar as leis que colocam esse tema como um conteúdo escolar, numa perspectiva de informação, conhecimento e mobilização para ações que busquem promover o sentimento de pertencimento, valorização e preservação dos patrimônios quer seja material ou imaterial, além de apresentar algumas iniciativas na cidade de Criciúma que apontam para essa relação entre Educação, preservação e valorização do Patrimônio Histórico Cultural.

A relação entre memória e história é estruturante na educação patrimonial, sendo esta uma proposta interdisciplinar de ensino voltada para as questões atinentes ao Patrimônio Histórico Cultural, e assim a Educação Patrimonial assume papel de abrangência nos currículos escolares.

[...] A Educação Patrimonial (...) baseia-se em princípios e metodologia que visam a sensibilizar e instrumentalizar os indivíduos de uma comunidade, no universo escolar e fora dele, crianças e adultos, para o reconhecimento, a compreensão e a valorização do seu PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL. Nesse sentido a Educação Patrimonial objetiva a capacitação de uma comunidade para a descoberta e identificação de seus valores, de sua identidade cultural, de seus modos de fazer e de viver, de pensar e de agir, a partir de suas experiências<sup>4</sup> e do seu cotidiano<sup>1</sup>. Ao apropriar-se do sentido e da diária, estes indivíduos tendem a modificar sua atitude em relação aos seus bens, tangíveis e intangíveis, a recuperar os sentimentos de autoestima, autoafirmação e cidadania. (HORTA, 1999, p.13)

Nesse sentido, o trabalho com as noções de Patrimônio Histórico Cultural deve ser incorporado aos demais conteúdos escolares uma vez que, diante do caráter abrangente que define o próprio termo “patrimônio”. Tal incorporação pode se dá desde a inclusão temáticas ou de conteúdos programáticos nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de que versem sobre o conhecimento e a conservação do patrimônio histórico até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores em geral [...] de forma a habilitá-los a despertar, nos educandos e na sociedade, o

senso de preservação da memória histórica e do conseqüente interesse sobre o tema (ORÍÁ, s.d., p. 2.).

A educação para o Patrimônio Histórico Cultural como estratégia essencial no processo de conhecimento, proteção, conservação e promoção dos bens culturais. Salienta-se que, a partir desta proposta, é possível a criação de ideias e ações em favor do desenvolvimento local, de maneira sustentável.

No momento em que os sujeitos reconhecem a importância dos componentes patrimoniais existentes em suas comunidades, por meio de ações educativas que estimulem os sentidos e as afetividades, torna-se possível pensar e encaminhar atitudes de reconversão social e econômica e de valorização da memória e identidade, sob o prisma do desenvolvimento sustentável. Inserir o tema do Patrimônio Histórico Cultural na pauta sobre a gestão dos espaços públicos das cidades é uma das possíveis maneiras de aliar a questão do Patrimônio Histórico Cultural à sustentabilidade. Certamente outras possibilidades, em termos de desenvolvimento local, podem vir a se efetuar tendo em vista a enorme gama de potencialidades apresentadas tanto pelo patrimônio material quanto imaterial.

## 1.5. POLÍTICAS PÚBLICAS DE VALORIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO E EDUCAÇÃO

### 1.5.1. Programa Mais Educação – PME e Programa Nova Mais Educação – PNME

Nacionalmente, ações e projetos com a temática do Patrimônio podem ser apresentados via PAR – Programa de Ações articuladas diretamente apresentadas pelas Escolas Públicas, junto ao Ministério da Educação (MEC), por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no programa dinheiro direto na escola (PDDE), com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Também, vale destacar ainda o Programa Mais Educação - PME (2007 a 2016) que dentre as ações e atividades a serem colocam o debate sobre a preservação do

Patrimônio Histórico Cultural no território educacional brasileiro. O Programa é criado em 2007 pela Portaria Interministerial nº 17 de 24 de abril de 2007 e pelo Decreto nº 7.083 de 27 de janeiro de 2010, tinha como objetivo contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens.

O Patrimônio Histórico Cultural é o conjunto de manifestações, realizações e representações de um povo. Ele faz parte no nosso cotidiano, está presente, nas ruas, nas casas, na música, nas danças, nos museus, nas igrejas nas praças e nas escolas.

O Mais Educação era uma construção intersetorial entre as políticas públicas educacionais e sociais, cuja finalidade era contribuir para a diminuição das desigualdades educacionais, quanto para a valorização da diversidade cultural brasileira.<sup>9</sup>

Essa estratégia promove a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, incluindo as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola e dos professores. Isso porque a Educação Integral, associada ao processo de escolarização, pressupõe a aprendizagem conectada à vida e ao universo de interesses e de possibilidades das crianças, adolescentes e jovens. (BRASIL, 2014 p. 4)

Dentre as ações formativas do Programa destaca-se a atividade Cultura, Artes e Educação Patrimonial. Esse macrocampo ofertava as escolas públicas de ensino fundamental aulas de: Artesanato Popular ; Banda; Canto Coral; Capoeira; Cineclube; Danças; Desenho; Educação Patrimonial; Escultura/Cerâmica; Grafite; Hip-Hop; Iniciação Musical de Instrumentos de Cordas; Iniciação Musical por meio da Flauta Doce; Leitura e Produção Textual; Leitura: Organização de Clubes de Leitura; Mosaico; Percussão; Pintura; Práticas Circenses; Sala Temática para o Estudo de Línguas Estrangeiras e Teatro<sup>10</sup>.

Importante destacar que o Patrimônio Histórico Cultural faz parte no nosso cotidiano, está presente, nas ruas, nas casas, na música, nas danças, nos museus, nas igrejas nas praças e nas escolas. Em suma, é conjunto de manifestações, realizações e representações de um povo e como tal era trabalhado junto aos participantes do Programa na atividade Educação Patrimonial.

---

9 Fonte: Manual Operacional de Educação Integral, 2014 Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=15842&Itemid](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=15842&Itemid). Acessado em: 29.dez.2019.

10 Manual Operacional de Educação Integral, 2014 Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=15842&Itemid](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=15842&Itemid). Acessado em: 29.dez.2019.

A **Tabela 1** demonstra o quantitativo de escolas do ensino fundamental que aderiam ao Programa de 2008 até 2014. Ressalta-se que em virtude da crise política que acometeu o país, não houve novas adesões em 2015.

A Tabela mostra o quantitativo de escolas que optaram por ofertar aos seus estudantes as atividades diversas disponibilizadas pelo PME de 2008 a 2014. Nota-se que na série histórica as macroatividades de Artes, Cultura e educação patrimonial foram sempre a segunda atividade, exceto em 2010 em que foi a primeira, mais escolhidas pelas escolas o que parece caracterizar a existência de uma grande demanda dos estudantes pelo tema.

**Tabela 1** Evolução de escolas do PME por oferta de macroatividades

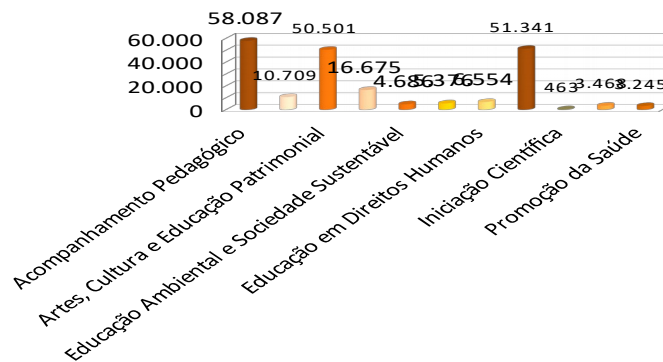
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Acompanhamento Pedagógico	187	1.125	1.831	5.540	13.839	48.023	58.087
Agroecologia	0	0	0	0	0	0	10.709
<b>Artes, Cultura e Educação Patrimonial</b>	<b>173</b>	<b>900</b>	<b>2.305</b>	<b>4.486</b>	<b>11.568</b>	<b>43.772</b>	<b>50.501</b>
Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital e Tecnológica	87	434	484	1.065	2.972	8.896	16.675
Educação Ambiental e Sociedade Sustentável	66	285	656	1.177	3.010	16.559	4.686
Educação Ambiental, Des. Sustentável e Economia Solidária/Criativa	0	0	67	73	157	438	5.376
Educação em Direitos Humanos	29	155	225	299	594	3.568	6.554
Esporte e Lazer	183	929	2.301	4.273	11.399	43.523	51.341
Iniciação Científica	0	25	71	115	382	1.495	463
Memória e História das Comunidades Tradicionais	0	0	0	0	0	0	3.468
Promoção da Saúde	11	119	360	577	1.329	2.529	3.245

Fonte: MEC/INEP/SIMEC – Apresentação do Programa Mais Educação – PME e Programa Ensino Médio Inovador - PROEMI

**O Gráfico 1** mostra o quantitativo de escolas e as respectivas macroatividades escolhidas pelas escolas em 2014 último ano de desenvolvimento do Programa. Pelos números apresentados pode-se inferir que a educação patrimonial tem uma importância significativa para os estudantes.

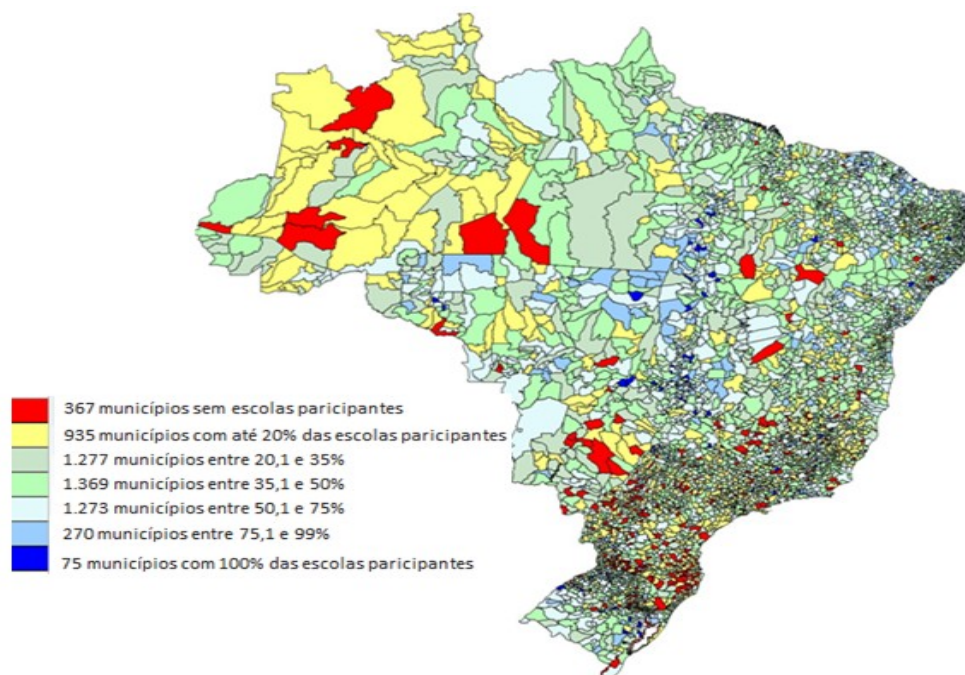
**Gráfico 1** Escolas do PME por oferta de macroatividades em 2014





Fonte: MEC/INEP/SIMEC – Apresentação do Programa Mais Educação – PME e Programa Ensino Médio Inovador - PROEMI

**Figura 1** Municípios por faixas percentuais de abrangência das escolas PME/PROEMI em 2014

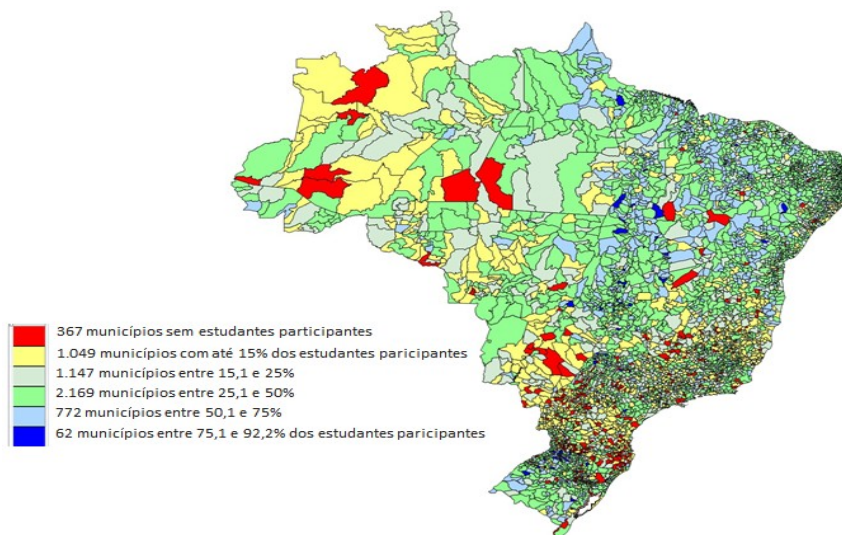


Fonte: MEC/INEP/SIMEC – Apresentação do Programa Mais Educação – PME e Programa Ensino Médio Inovador - PROEMI

A **Figura 1** demonstra a abrangência nacional do PME em 2014. Os dados mostram que 2.987, 53,6%, dos municípios disponibilizam o Programa a mais de 50% das suas escolas. Nesses números estão incluídos dados do Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI).

A **Figura 2** demonstra que dentre os municípios que optaram pelo Mais Educação, 3003 disponibilizam o Programa para mais de 50% de seus estudantes. Assim distribuídos 2.169 municípios disponibilizavam o programa para um mínimo de 25,1% e um máximo de 50%; 772 municípios ofertam o Programa para um mínimo de 50,1 a 75%, e 62 municípios entre 75,1 a 92,2% dos estudantes.

**Figura 2** Municípios por faixas percentuais de abrangência dos estudantes em 2014



Fonte: MEC/INEP/SIMEC – Apresentação do Programa Mais Educação – PME e Programa Ensino Médio Inovador - PROEMI

Os dados mostram que apenas 6,6% dos municípios brasileiros não aderiram ao Programa em 2014.

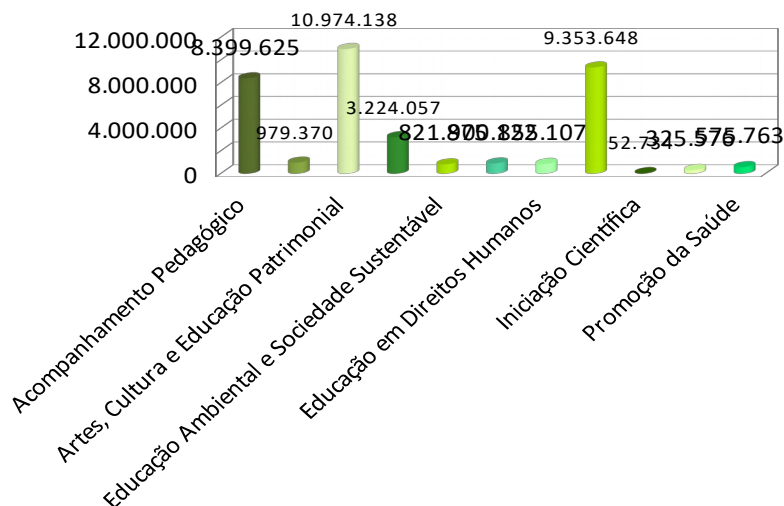
**Tabela 2** Evolução de estudantes do PME por oferta de macroatividades

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014*
Acompanhamento Pedagógico	329.05	554.260	790.851	1.187.757	512.509	4.480.852	8.399.625
Agroecologia	0	0	0	0	0	0	979.370
<b>Artes, Cultura e Educação Patrimonial</b>	<b>171.04</b>	<b>357.892</b>	<b>572.226</b>	<b>803.447</b>	<b>439.293</b>	<b>3.905.741</b>	<b>10.974.138</b>
Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital e Tecnológica	75.541	146.889	254.142	390.940	228.846	1.071.709	3.224.057
Educação Ambiental e Sociedade Sustentável	31.312	59.215	98.382	167.280	116.571	654.191	821.875
Educação Ambiental, Des. Sustentável e Economia Solidária/Criativa	0	0	5.192	7.401	13.327	12.333	900.122
Educação em Direitos Humanos	29.095	52.813	53.648	54.832	31.150	123.005	855.107
Esporte e Lazer	244.86	424.686	600.535	808.722	457.596	3.242.844	9.353.648
Iniciação Científica	0	18.812	36.548	17.103	15.557	78.336	52.734
Memória e História das Comunidades Tradicionais	0	0	0	0	0	0	325.576
Promoção da Saúde	36.029	61.696	84.763	99.917	56.237	228.979	575.763

Fonte: MEC/INEP/SIMEC – Apresentação do Programa Mais Educação – PME e Programa Ensino Médio Inovador - PROEMI

A **Tabela 2** mostra o quantitativo de estudantes que participam das atividades disponibilizadas pelo PME de 2008 a 2014. Nota-se que na série histórica as macroatividades de Artes, Cultura e educação patrimonial possui o maior quantitativo de estudantes matriculados. O que parece caracterizar a existência de uma grande demanda dos estudantes pela cultura.

**Gráfico 2** Estudantes matriculados no PME por oferta de macroatividades em 2014

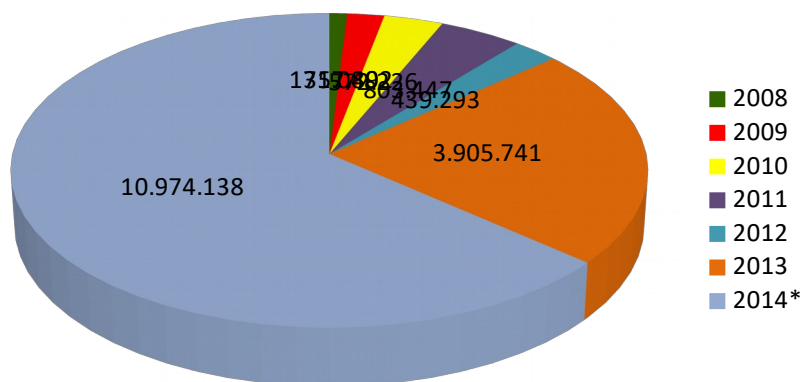


Fonte: MEC/INEP/SIMEC – Apresentação do Programa Mais Educação – PME e Programa Ensino Médio Inovador - PROEMI

O **Gráfico 2** expõe o quantitativo de estudantes matriculados nas atividades do PME em 2014. Os dados mostram que nesse ano a macroatividade Artes, Cultura e Educação Patrimonial foi a que mais obteve a adesão dos estudantes. A partir do exposto, pode-se inferir que este campo é de suma importância na formação das crianças, adolescentes e jovens.

O **Gráfico 3** apresenta a evolução de inscrições dos estudantes na macroatividades Artes, Cultura e Educação Patrimonial. Segundo dados do Nota estatística - Censo Escolar (2014 p. 9) em 2014 o país possuía 36.759.856 (trinta e seis milhões, setecentos e cinquenta e nove mil e oitocentos e cinquenta e seis) matrículas na educação básica, sendo: 28.459.667 (vinte e oito milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil e seiscentos e sessenta e sete) na ensino fundamental e 8.300.138 9 (oito milhões, trezentos mil e cento e trinta e oito) no ensino médio. Os dados do **Gráfico 3** nos mostram que, aproximadamente, 30% dos estudantes da educação básica estavam inscritos na macroatividade Artes, Cultura e Educação Patrimonial.

**Gráfico 3** Estudantes matriculados no PME na macroatividade de Artes, Cultura e Educação Patrimonial no período de 2008 a 2014



Fonte: MEC/INEP/SIMEC – Apresentação do Programa Mais Educação – PME e Programa Ensino Médio Inovador - PROEMI

Destaca-se que a Educação Patrimonial tratada pelo PME tinha como foco promover ações educativas para a identificação de referências culturais e o fortalecimento dos vínculos das comunidades com seu PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL e natural, com a perspectiva de ampliar o entendimento sobre a diversidade cultural.

Em 2016 o Programa Mais Educação foi extinto e em seu lugar foi implantado pela Portaria 1.144 de 10 de outubro de 2016 o Programa Novo Mais Educação com o objetivo de melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, mediante a complementação da carga horária de cinco ou quinze horas semanais no turno e contraturno escolar. Observa-se no Caderno de Orientação Pedagógica do novo programa uma total descaracterização da Educação Patrimonial enquanto disciplina curricular.

### 1.5.2. Edital Cultural de Criciúma

Em 2019 foi realizado Edital Cultural de Criciúma<sup>11</sup>, organizado pela FCC e pelo Conselho Municipal de Políticas Culturais – COMCCRI, inicialmente foram previstas 9 categorias, mas só tiveram pleitos habilitados em 6 categorias: Artes Visuais, Cultura Popular, Dança, Música, Patrimônio e Teatro. Na categoria Patrimônio, 3 projetos foram aprovados e receberam 10 mil cada um: 1. Núcleo Expositivo: Infância e Culturas Escolares da Fundação Educacional de Criciúma; 2. Na praça, de Bruna Speck da Silva; 3. Dona Arlinda – 10 anos de Willian Marcos Machado.

### 1.5.3. Horta Cultural do Centro Cultural Jorge Zanatta

Essa iniciativa faz parte do projeto “Na Roça é diferente” foi desenvolvido em sala de aula na EMEIEF Augusto Pavei no bairro São Domingos e além de provocar uma reflexão sobre sustentabilidade e preservação, surge como uma forma de levar o público a conhecer o trabalho e a sede da FCC, e assim além da proposta inicial de sustentabilidade a iniciativa surge como forma de motivar a população a conhecer o Centro Cultural Jorge Zanatta: “a intenção é ter um atrativo a mais para as pessoas que moram ao redor saberem que o espaço é aberto e todos podem visitar, além de colher gratuitamente os legumes e verduras plantadas” (*Estudantes constroem Horta no Centro Cultural Jorge Zanatta. Matéria divulgada no site da FCC no dia 25 de outubro de 2019*).

**Figura 3** Horta do Centro Cultural Jorge Zanatta



Fonte: Arquivo DECOM/FCC

---

11 O edital não era lançado desde 2014, e agora em 2019 foram inscritos 30 projetos, sendo 17 não habilitados por diferentes motivos, como falta de documentos, ou não cumprimento dos requisitos e não atendimento da nota mínima que era de 20 pontos, foram distribuídos 130 mil reais entre 13 projetos aprovados em 6 categorias. Segundo os organizadores a principal ideia é valorizar o artista iniciante.

#### **1.5.4. Organização e adequação do Arquivo Histórico e do Museu Augusto Casagrande**

Projeto de organização é executado por uma equipe de museólogos, historiadores e estagiários do curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), o trabalho dos pesquisadores consiste na higienização e organização de todos os documentos.

[...] são ainda realizadas pequenas intervenções de restaurações de documentos deteriorados pelo tempo estão sendo feitas. “O cuidado com o arquivo tem que ser constante. Até o momento, foi feita a higienização de todos os jornais da década de 50 até os dias atuais. Na contagem das fotos, os pesquisadores constataram 4.531 fotografias de Criciúma”, revela. Conforme Lisiane, a partir de agora, está sendo feito o levantamento dos documentos avulsos. Atualmente, parte dos documentos estão armazenados de forma inadequada sobre uma prateleira de madeira, expostos a poeira, a umidade, correndo também o risco de serem corroídos pela proliferação de cupins. “Seria um retrocesso fazer todo o trabalho e colocar os papéis no mesmo espaço”, destaca. O presidente da FCC, Sérgio Luiz Zappelini, pretende adquirir no próximo ano mais dois arquivos deslizantes. “O governo do Município é o maior interessado em incentivar a cultura e guardar a história da cidade”, enfatiza. O prazo de término do projeto é de três anos. *(Matéria divulgada em 6 de novembro de 2019 no SC24horas. Disponível em <https://www.santacatarina24horas.com/novidade-no-patrimonio-historico-de-criciuma/>. Acessado em: 6.nov.2019.)*

#### **1.5.5. Projeto “Nosso Patrimônio Conta Nossa História”**

Esta é uma publicação dedicada aos imóveis pertencentes ao nosso patrimônio histórico que se perderam, à medida que nossa cidade foi passando por transformações e mudando sua aparência. Coordenação de Lisiane Potrikus Martinello e Virgínia Gomes de Luca, apoio da Fundação Cultural de Criciúma/ Casa da Cultura Fonte: Arquivo Público Municipal Pedro Milanez

#### **1.5.6. Projeto "Patrimônio histórico e artístico da cidade de Criciúma: a construção do olhar"**

Alunos do sexto ano do Ensino Fundamental do Colégio de Aplicação participaram de uma saída de campo, na segunda-feira, passando por alguns pontos do patrimônio histórico e artístico-cultural de Criciúma. O grupo foi acompanhado pelos professores Marcelo Feldhaus (Artes) e Rosilene Martins Soares Melo (Educação Física). Em alguns espaços visitados os alunos receberam mediação de funcionários responsáveis pelo trabalho de monitoria.

O objetivo da iniciativa, segundo Feldhaus, foi reconhecer os espaços destinados à arte e à cultura na cidade, bem como realizar os processos de fruição, apreciação estética e principalmente a formação/construção do olhar em relação aos equipamentos culturais oferecidos pela cidade.

A atividade é decorrente do desenvolvimento do projeto "Patrimônio histórico e artístico da cidade de Criciúma: a construção do olhar", desenvolvido pelas disciplinas de Artes e História no primeiro trimestre de 2009.

## **CAPÍTULO 2. METODOLOGIA**

Iniciaremos esse capítulo com a abordagem da metodologia que usamos em nossa pesquisa, seguindo para a apresentação do lócus de nossa pesquisa que foi a Cidade de Criciúma (SC).

### **2.1. METODOLOGIA**

A metodologia utilizada foi inicialmente, uma pesquisa de campo de caráter qualitativo em algumas comunidades e escolas, a fim de identificar os fatores e motivações que fazem com que as pessoas não identifiquem o Patrimônio Histórico Cultural como algo que se deve ter prioridade. Em outras palavras, busquei verificar o entendimento da comunidade por Patrimônio Histórico Cultural.

Realizo ainda um levantamento documental para mapear as ações realizadas na cidade de Criciúma, quer seja pelas esferas federal ou estadual, quer sejam as iniciativas da gestão local, especialmente, da área da educação. Dessa forma, foi possível identificar avanços e limites do poder público no setor do patrimônio histórico cultural na cidade. O levantamento documental junto aos órgãos públicos teve por objetivo observar a atuação do setor responsável pelo patrimônio, bem como do tema educação patrimonial na rede pública municipal de educação.

Foram levantados dados nos documentos oficiais, tais como: as normativas federais e municipal sobre o tema Patrimônio Histórico Cultural na proposta educacional, dentre eles: LDB, BNCC, PNE, e o plano municipal de educação, e a proposta de sistema municipal de educação, além dos planejamentos pedagógicos de uma escola pública, no sentido de analisar como tais documentos tratam o tema do patrimônio. O objetivo proposto é formular análises que possam contribuir na compreensão da preservação histórica e cultural como um direito social.

Os dados coletados tanto na pesquisa de campo, como no levantamento documental foram analisados a luz de uma revisão bibliográfica sobre o



conceito de memória e patrimônio histórico cultural.

## 2.2. LÓCUS PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL DA CIDADE DE CRICIÚMA

Para contextualizar o lócus dessa pesquisa, que é a cidade de Criciúma em Santa Catarina, a seguir, com base nos referenciais teóricos explorados no capítulo 1, passo a analisar o patrimônio histórico cultural tombado pelo IPHAN no estado de Santa Catarina a partir dos dados dos indicadores culturais contidos na pesquisa Cultura em Números<sup>12</sup> realizado pelo Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) e sobre o Patrimônio Histórico Cultural da Cidade de Criciúma tombados pelo Município.

Criciúma não tem patrimônios tombados, quer pela União, quer pela unidade federativa, o que nos conduz a investigar a relação dessa ausência com a fragilidade da gestão local no que diz respeito ao patrimônio histórico cultural.

Um marco normativo do Patrimônio Histórico Cultural foi a Lei nº 2063, de 13 de junho de 1985, que dispõe sobre a Proteção do Patrimônio Histórico, Científico e Natural do Município e cria Órgão Competente. Todavia, essa normativa foi revogada pela Lei nº 3700/1998 que dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico, artístico e natural do município.

A Lei 3.700/1998 conceitua e delimita e quem responde pelos patrimônios na cidade, conforme artigos abaixo:

Art.1º. Constituem o Patrimônio e Artístico  
§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só passarão a integrar do Município de Criciúma, os bens móveis e imóveis existentes no seu território, cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história, quer por seu valor cultural e/ou paisagístico a qualquer título.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só passarão a integrar o Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do município, com a sua inscrição, isolada ou agrupadamente, no competente livro de tomo.

§ 2º Equipara-se aos bens a que se refere este artigo e são sujeitos a tombamento, os monumentos naturais, bem como os sítios e

---

12 Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) criado com os objetivos, de promover a integração das bases de dados da Cultura dos governos federal, estadual e municipal e também das instituições privadas e entidades do setor, a sua sistematização e o livre acesso para toda a sociedade.

paisagens que importe conservar e proteger, pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

Art. 2º A presente Lei se aplica às coisas pertencentes às pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado e público.

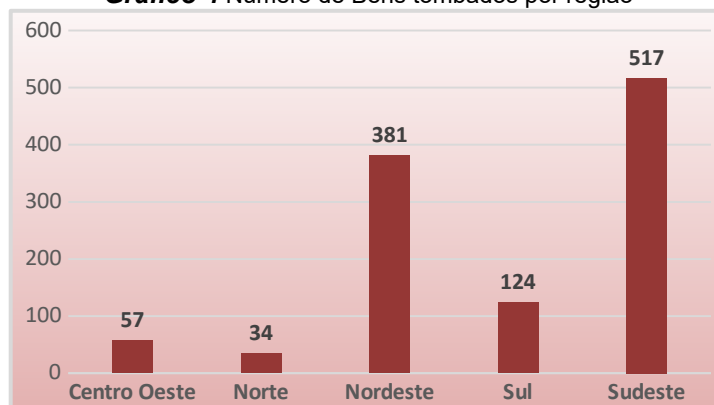
Art. 3º Fica criado, na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, o Serviço de Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município, com a Comissão Técnica de Relatórios e Sugestões para o Tombamento de Bens Municipais a ele vinculada.

Essa lei também institui e normatiza os processos para tombamentos dos patrimônios na cidade, definindo que os bens tomados pela União e pelo estado serão tombados pelo município. Daí nosso interesse de levantar esses tombamentos para localizar neles os patrimônios da cidade e conferir o tombamento municipal, contudo, o que encontramos foi a inexistência de patrimônios tombados por essas esferas na cidade de Criciúma, conforme dados destacados nos tópicos a seguir.

### 2.3. TOMBAMENTO REALIZADOS PELO IPHAN EM SANTA CATARINA

A ação do IPHAN em Santa Catarina teve seu início em 1938 com o tombamento do Sistema de Fortificações da Ilha de Santa Catarina (IPHAN (C)). Por conseguinte, acrescenta-se que, desde o final dos anos 1930 até 2010 foram tombados pelo IPHAN, 71 (setenta e um bens patrimoniais), o maior quantitativo da Região Sul. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010)

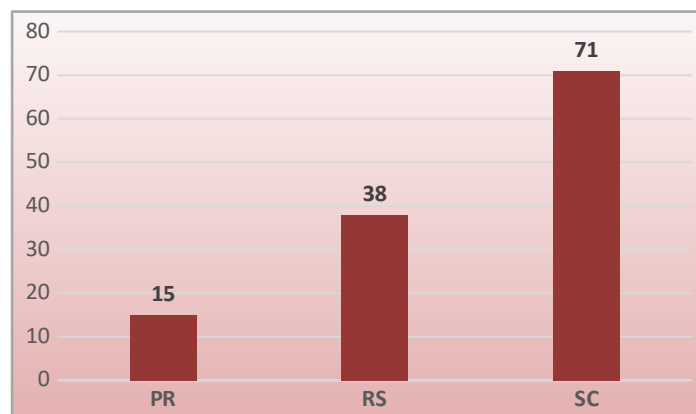
**Gráfico 4** Número de Bens tombados por região



Fonte: Minc - Cultura em números: anuário de estatísticas culturais/2010

O **Gráfico 5** exibe o quantitativo de Patrimônios Históricos Culturais tombados pelo IPHAN nas 5 (cinco) regiões brasileiras.

**Gráfico 5** Número de Bens tombados na Região Sul



Fonte: Minc - Cultura em números: anuário de estatísticas culturais 2010

O **Gráfico 5** revela que dentre os estados da Região Sul, o Estado de Santa Catarina é o que possui o maior quantitativo de bens tombados pelo IPHAN. **Quadro 2** demonstra em número absolutos a distribuição geral dos bens tombados pelo IPHAN. Percebe-se que os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia concentram a maior quantidade deles e Santa Catarina é o sexto com bens patrimoniais tombados.

**Quadro 2** Distribuição de bens tombados por Unidade Federativa

1	Rio de Janeiro	223
2	Minas Gerais	204
3	Bahia	175
4	Pernambuco	82
5	São Paulo	76
<b>6</b>	<b>Santa Catarina</b>	<b>71</b>
7	Rio Grande do Sul	38
8	Distrito Federal	27
9	Pará	25
10	Sergipe	25
11	Paraíba	23
12	Goiás	22
13	Ceará	21
14	Maranhão	20
15	Paraná	15
16	Rio Grande do Norte	14
17	Espírito Santo	14
18	Alagoas	11
19	Piauí	10
20	Mato Grosso	5
21	Amazonas	4
22	Mato Grosso do Sul	3
23	Rondônia	2
24	Acre	1
25	Amapá	1
26	Tocantins	1
27	Roraima	0

Fonte: Cultura em números: anuário de estatísticas culturais/2010

Nesse levantamento sobre os patrimônios nos estados, foi possível perceber que o estado é forte em políticas de tombamentos de patrimônios históricos culturais, o que marca e registra a história dos seus municípios.

Contudo, Criciúma não desponta como uma cidade com registros e tombamentos junto ao IPHAN, conforme, apresento no quadro abaixo, em que trago todos os municípios de Santa Catarina com patrimônios tombados.

O **quadro 3**, descreve como cerca de 30 municípios com patrimônios que começaram a partir do reconhecimento e iniciativas locais de valorização e preservação mobilizados pela população e pelas gestões locais. Dessa forma, nessa pesquisa é possível perceber os limites vividos na cidade de Criciúma.

UF	Município	Classificação relacionada a forma de proteção	Quantidade
SC	Florianópolis	Edificação, coleção e acervo, Bem móvel ou integrado, Conjunto Urbano, Sítio arqueológico	14
SC	Governador Celso	Edificação	1

	Ramos		
SC	Laguna	Edificação, Conjunto Urbano	2
SC	Joinville	Conjunto Arquitetônico, Jardim Histórico, Edificações	6
SC	Biguaçu	Conjunto Arquitetônico	2
SC	Rio dos Cedros	Conjunto Arquitetônico,	1
SC	São Francisco do Sul	Conjunto Urbano, Coleção ou acervo	2
SC	Blumenau	Infraestrutura ou equipamento urbano, Edificação e Acervo	11
SC	Orleans	Edificação e Acervo,	2
SC	Palhoça	Conjunto Urbano	3
SC	Indaial	Infraestrutura ou equipamento urbano, Edificação, Edificação e Acervo	7
SC	Urussanga	Edificação e Acervo	3
SC	Ascurra	Edificação	1
SC	Itaiópolis	Edificação e Acervo	4
SC	Jaraguá do Sul	Edificação	4
SC	Pomerode	Edificação, Conjunto Rural	13
SC	Timbó	Edificação	6
SC	São Bento do Sul	Edificação	3
SC	Vidal Ramos	Conjunto Rural	1
SC	Benedito Novo	Edificação e Acervo	1
SC	Guabiruba	Edificação	1
SC	Nova Veneza	Edificação	1
SC	Vargem	Edificação e Acervo	1

**Quadro 3** Quantidade de Patrimônios tombados pelo IPHAN nos Municípios de Santa Catarina

Fonte: Elaboração própria do Autor a partir da lista de Bens tombados e dos processos em andamento 2018 - IPHAN<sup>13</sup>

O **Quadro 4** mostra que internamente os Estados de Santa Catarina, Ceará e São Paulo apresentaram os percentuais mais significativos, respectivamente, quanto ao quantitativo de escolas, oficinas ou cursos de patrimônio, conservação e/ou restauração.

**Quadro 4** Percentual de municípios com escolas, oficinas ou cursos de patrimônio, conservação e/ou restauração por Unidade Federativa<sup>14</sup>

	<b>BRASIL</b>	<b>5,40</b>
<b>1</b>	<b>Santa Catarina</b>	<b>9,56</b>
<b>2</b>	Ceará	8,70

13 Disponível em <https://pt.scribd.com/document/390412756/Lista-Bens-Tombados-Processos-Andamento-2018-lphan>. Acessado em: 29.dez.2019.

14 Conforme exposto na pesquisa Cultura em números, cerca de 5% dos municípios declararam possuir escolas/oficinas/cursos de patrimônio.

3	São Paulo	8,22
4	Minas Gerais	7,62
5	Rio de Janeiro	7,61
6	Paraná	6,77
7	Pernambuco	6,49
8	Espírito Santo	6,41
9	Mato Grosso do Sul	6,41
10	Rio Grande do Sul	6,25
11	Alagoas	4,90
12	Amazonas	4,84
13	Sergipe	4,00
14	Bahia	3,12
15	Mato Grosso	2,13
16	Pará	2,10
17	Goiás	2,03
18	Rondônia	1,92
19	Maranhão	1,84
20	Rio Grande do Norte	1,80
21	Piauí	1,79
22	Tocantins	1,44
23	Paraíba	0,45
24	Acre	0
25	Roraima	0
26	Amapá	0

Fonte: Minc - Cultura em números: anuário de estatísticas culturais/2010

O **Quadro 5** trata do percentual de municípios que promovem exposições do acervo histórico. Dentre os 26 estados, destacam os Estados do Rio de Janeiro e Santa Catarina como os que mais expõem seus acervos.

**Quadro 5** Percentual de municípios que realizaram exposições de acervo histórico por Unidade Federativa<sup>15</sup>

	<b>BRASIL</b>	<b>20,20</b>
1	Rio de Janeiro	53,26
<b>2</b>	<b>Santa Catarina</b>	<b>30,72</b>
3	Rio Grande do Sul	28,42
4	Espírito Santo	26,92
5	São Paulo	26,05
6	Pernambuco	25,41
7	Ceará	23,91

15 De acordo com a pesquisa Cultura em números (2010), Cerca de 20% dos municípios brasileiros declararam realizar exposições de acervo histórico.

8	Paraná	22,31
9	Minas Gerais	21,22
10	Mato Grosso do Sul	20,51
11	Acre	18,18
12	Bahia	17,51
13	Paraíba	16,59
14	Rio Grande do Norte	16,17
15	Goiás	15,04
16	Amazonas	14,52
17	Roraima	13,33
18	Alagoas	12,75
19	Amapá	12,50
20	Sergipe	9,33
21	Mato Grosso	9,22
22	Pará	8,39
23	Tocantins	7,19
24	Maranhão	6,91
25	Rondônia	5,77
26	Piauí	4,48

Fonte: Minc - Cultura em números: anuário de estatísticas culturais/ 2010

Destaca-se que dentre os estados da Região Sul, Santa Catarina prima pela conservação do seu patrimônio. É o estado com a maior taxa de bens tombados pelo IPHAN (57%). No plano nacional, os dados do 'Cultura em Números: anuário de estatística cultural' (2010) expõem que no Brasil há 1.113 bens listados nos livros de tombos, Santa Catarina, com 6,4 % desse total, aparece em sexto em meio a todos os estados da federação.

No que se refere a relação entre educação e patrimônio, o estado catarinense, berço dos carijós, tribo do grupo tupi-guarani que habitavam a região, possui a maior percentagem de municípios com escolas, com ações voltadas para o tema patrimônio e sua conservação e/ou restauração por Unidade Federativa. Por fim, o estado aparece como a segunda entidade federativa que mais promove exposições do seu acervo histórico.

Santa Catarina, também tem significativo registro de tombamentos de Patrimônio Histórico Cultural, e assim como, foi possível perceber nenhum tombamento pelo IPHAN em Criciúma, isso se repete no órgão estadual, conforme podemos ver no quadro abaixo, não há patrimônio tombados em Criciúma.

**Quadro 6** Patrimônios Tombados pelo Estado de Santa Catarina

Municípios	Patrimônios Tombados
Balneário Camboriú	01
Biguaçu	01

Blumenau	56
Dona Emma	01
Doutor Pedrinho	04
Florianópolis	19
Garopaba	01
Governador Celso Ramos	01
Guabiruba	01
Imbituba	01
Indaial	12
Irineópolis	01
Itaiópolis	01
Itajaí	12
Jaraguá do Sul	12
Joinville	60
Lages	18
Lauro Müller	01
Lontras	01
Mafra	01
Nova Trento	01
Nova Veneza	01
Orleans	03
Palhoça	03
Paulo Lopes	01
Pedras Grandes	03
Penha	01
Pescaria Brava	01
Pomerode	20
Porto Belo	01
Porto União	02
Rancho Queimado	01
Rio do Sul	01
Rio Negrinho	02
Santo Amaro da Imperatriz	02
São Bento do Sul	55
São José	02
São Pedro de Alcântara	01
Tijucas	03
Timbó	16
Urussanga	24
Vargem	01
Videira	01
Total	351

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da Fundação Catarinense de Cultura – FCC - Tombamentos Estaduais (Catálogo 2019) <sup>16</sup>

Depois de apresentar os dados quantitativos sobre os bens catarinenses constantes nos livros Tombos e dos dados sobre as ações do estado sobre o tema, importa, agora, conhecer um pouco sobre a cidade de Criciúma:

[...] é uma cidade de Estado do Santa Catarina. Os habitantes se chamam criciumenses. O município se estende por 235,6 km<sup>2</sup> e contava com 192.236 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 815,8 habitantes por km<sup>2</sup> no território do município. Vizinho dos municípios de Içara, Siderópolis e Cocal do Sul. O

<sup>16</sup> Disponível em <http://www.cultura.sc.gov.br/a-fcc/patrimoniocultural/patrimonio-material/listagem-de-bens-tombados> Acessado em 1.Jan.2020



Criciúma é um município do Parque Natural Municipal Morro do Céu. (CIDADE – BRASIL, 2019)<sup>17</sup>.

Apresento a seguir dois tópicos que corroboram com o objetivo, os problemas e as hipóteses levantadas nessa pesquisa: 1. Os espaços culturais de Criciúma e os patrimônios históricos culturais; 2. As iniciativas de políticas públicas relacionadas a valorização e preservação do patrimônio.

#### 2.4. ESPAÇOS CULTURAIS DE CRICIÚMA E OS PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS CULTURAIS

A **figura 4** retrata a visão panorâmica da cidade vista do alto da Torre da Matriz São José.

*Figura 4 Criciúma em 1941 vista do alto da torre da Matriz São José.*



Fonte: Faustino Zapellini. Acervo fotográfico do Arquivo Público Municipal Pedro Milanez, Criciúma.

Para entender quais espaços da cidade, configuram-se como patrimônio histórico cultural, parto do diálogo com Goulart (2012)

[...] Podemos caracterizar como patrimônio histórico arquitetônico qualquer edificação que represente parte da história local de uma cidade ou município. Para um historiador ou uma pessoa que tenha algum conhecimento sobre História, a primeira coisa que se destaca quando se faz uma visita a algum lugar são os prédios históricos ou as construções que de alguma forma representem ou trazem em suas características pistas sobre a história da localidade visitada e de seus habitantes. Sendo assim, esses patrimônios despertam o interesse e instigam a procura por mais informações sobre o lugar, e representam a materialização da cultura de uma localidade, além de trazer em suas características e no estilo a história das pessoas que o construíram. (Disponível em:

<sup>17</sup> Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/>. Acessado em 6.nov.2019.

<https://patrimonioculturaldecriciuma.wordpress.com/>. Acessado em 6.nov.2019)

Para o autor, na cidade de Criciúma os patrimônios não são vistos com bons olhos pelas autoridades. São conhecidas e frequentes as histórias dos casos de descaso, demolições e abandono de prédios que são verdadeiras testemunhas da história local, e que fazem a importante ligação entre a população e sua identidade cultural. Ele ainda destaca que nas proximidades da praça Nereu Ramos, uma localização privilegiada nos centros urbanos, são áreas em que os prédios históricos se transformam em maior alvo das construtoras, que muitas vezes defendem e difundem uma ideia errônea de que o progresso se faz com a substituição do velho pelo novo (GOULART, 2012).

Na lista de patrimônios tombados na cidade, podemos encontrar: a chaminé, a caixa de embarque no bairro Verdinho, a parte externa da prefeitura, a pedra mó e o Centro Cultural Santos Guglielmi”: Mina Modelo Caetano Sônego, Casa da Associação Bellunesi Nel Mondo, Capela de São Brás, Capela de São Roque, Capela São Sebastião, Museu Augusto Casagrande, Casa Londres, Casa do Vô Justí, Departamento Nacional de Proteção Mineral (DNPM), Casa da Cultura, Gruta Nossa Senhora de Lourdes, Igreja Nossa Senhora da Salete, Ponte de Ferro e Cruz da Igreja São Paulo Apóstolo, conforme descritos no **quadro 7**:

**Quadro 7** Patrimônios Tombados em Criciúma

Patrimônio	Tombamento	Descrição
Praça da Chaminé	Somente a Chaminé foi tombada Decreto 490/2011 2011	Está localizada no Bairro Próspera, inaugurada em 1984 e recebeu o nome devido a permanência da Chaminé da usina termoeletrica no Local. Constitui-se como um grande indicio da chegada da modernidade ao cenário da Cidade. Suas imagens somadas reforçam a memória de Criciúma, conhecida como capital do carvão
Caixa de embarque	Não há tombamento	Estava Localizada no bairro Próspera. Local onde era carregado o carvão nos vagões.
Mina Modelo Caetano Sonego	Tombada pelo decreto N° 819/ AS/2003 de 07 de agosto de 2003	No bairro Mina Brasil, inaugurada em 1984 a mina existe desde 1917 e explorou o carvão em torno de 40 anos. A prefeitura municipal obteve a concessão da mina em 1982, que passou a ser um lugar de visitação. Assim, a Mina Modelo, fazendo parte da memória do carvão. Atualmente por motivo de segurança a mina encontra-se fechada para visitação pública.
Casa da Associação Bellunesi Nel Mondo	Tombada pelo decreto N° 811/ SA/2003,	Situada no bairro Morro Albino, foi construída pelo casal Olívio Pavei (In memória) e Justina Guglielmi na década de 1930. É um dos edificios mais antigos e preservados da região. O local futuramente abrigará um museu.
Capela de	O imóvel foi	Localizada na 3ª Linha Sangão foi construída em madeira de louro e

São Brás	tombado pelo decreto nº 239/SA/2004.	peroba, no início do século passado, no sistema de mutirão. O carpinteiro responsável pela construção da capela foi João Benedit, auxiliado por Antônio Benedit. As imagens de santos presentes no altar da capela de São Brás são Nossa Senhora das Graças e Santa Terezinha. Para os imigrantes a religião era muito importante. O pátio da capela São Brás era o espaço de socialização das famílias após a dura semana de trabalho. A forma de agradecimento dos imigrantes italianos por suas angústias no decorrer da viagem de navio da Itália até ao Brasil, era de construir uma igreja de imediato para realizarem suas rezas. A Capela de São Brás passou por duas reformas, uma em 1960 e outra em 1994.
Capela de São Roque	O imóvel foi tombado pelo decreto nº 237/SA/2004.	No bairro São Roque construída em 1914, também foi erguida por meio da colaboração dos moradores. No ano de 1949, a atual construção foi inaugurada, sendo que as pinturas internas foram feitas pelo artista Pedro Cechet, em 1951. Além das pinturas, existem no local, várias estátuas de santos, como São Roque e São Francisco. É a única igreja na cidade, onde permaneceram as pinturas de Pedro Cechet nas paredes da igreja.
Capela São Sebastião	O imóvel foi tombado pelo decreto nº 238/AS/2004.	No bairro Morro Albino foi construída em 1919, com a ajuda da comunidade, através de doação, de terreno, de materiais para a construção e mão-de-obra. A festa do padroeiro São Sebastião, Nossa Senhora Aparecida, as domingueiras, os jogos de bocha e os jogos de mouras eram os momentos de encontro da comunidade de Morro Albino e também de outras comunidades que vinham para os festejos. No seu interior encontram-se pinturas do artista Pedro Cechet.
Museu Augusto Casagrande	Em 2003 foi aprovado o tombamento pelo decreto N° 818/SA/2003.	Localizada no bairro Comerciário, foi idealizado e construído por Augusto Casagrande, em 1920. Na época de sua construção, não havia residências em seu entorno, e o prédio ficou conhecido por "casarão". A família Joaci Casagrande, herdeira de Augusto Casagrande doou o prédio em 1978 à prefeitura municipal, com o compromisso de construir um museu para a cidade. No mesmo ano, a restauração do prédio foi iniciada, mantendo as características da época. A inauguração do museu deu-se em 1980, quando ocorreram as comemorações do centenário da cidade.
Casa Londres	Em 2003 foi aprovado o tombamento do prédio pelo decreto N° 814/SA/2003.	Situado na Praça Nereu Ramos, abriga um dos tradicionais estabelecimentos comerciais de Criciúma, a Casa Londres. Construído na década de 20 o edifício possui dois andares, o andar superior era residência das famílias proprietárias do prédio até a década de 1980, e o térreo, funcionaram diferentes atividades comerciais. Em 1986, o prédio foi reformado, mas ainda conserva, exteriormente, os aspectos de sua construção constituindo na cidade a representação material da memória do comércio por 80 anos.
Casa do Vô Justi	Seu tombamento deu-se pelo decreto nº 816/SA/2003.	Situada na Avenida Universitária, é um lugar de possíveis diálogos entre o passado, o presente e o futuro. A Casa do Vô Justi foi construída pelo Sr. Antonio Justi e sua esposa Maria Benincá Justi em 1934, passou por modificações desde sua construção até 1953, para melhor acomodar os moradores ao longo do tempo. Em 1997, o casal Marlene Milaneze Justi e Luiz Antonio Justi (filho de Antonio Justi), realizou uma restauração na casa, preocupado em não descaracterizar seu estilo colonial, tendo a consciência do um papel cultural que a casa representa para sua família e a cidade buscou-se por meios legais tombá-la com o intuito de manter o espaço como registro do tempo a serviço do conhecimento e da informação.
Departament o Nacional de Proteção Mineral – DNPM	Em 2007 foi aprovado o tombamento do prédio pelo decreto N° 940/SA/2007.	Inaugurado em 1945, está localizado no centro de Criciúma. Atualmente abriga o Centro Cultural Jorge Zanatta, onde funciona a administração da FCC desde 1993. A sua estrutura arquitetônica exprime um período áureo da indústria carbonífera de Santa Catarina e a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1941, a partir deste momento, Criciúma começou a se destacar no cenário econômico brasileiro, recebendo o título de "Capital do Carvão". O prédio foi sede regional do DNPM até 1960.
Casa da Cultura	Foi tombada como	Está situada na Praça Nereu Ramos. Anteriormente, funcionou no local, a antiga Igreja Matriz São José e logo depois uma escola do

Neusa Nunes Vieira	patrimônio histórico pelo decreto municipal nº 815/SA/2003.	município. Em 1928, deu lugar a uma nova construção em alvenaria com dois pavimentos. A partir de 1932 o prédio foi cedido pela paróquia a prefeitura municipal para o funcionamento do Grupo Escolar Professor Lapagesse. Em 1941 o sobrado foi demolido, dando-se início a construção da sede da Prefeitura Municipal, inaugurada em 1943. Ao longo da história da cidade teve distintas finalidades: Fórum (1944), Câmara Municipal (1946). A administração da FUCRI - Fundação Educacional de Criciúma (1972) até o início da década de 1980. Atualmente, a Casa da Cultura é administrada pela Fundação Cultural de Criciúma Nas dependências da Casa da Cultura funcionam: o Arquivo Histórico Pedro Milanez, o setor de Patrimônio Histórico, a coordenação da Casa da Cultura, a coordenação da Praça Nereu Ramos, além de uma Galeria de Arte.
Gruta Nossa Senhora de Lourdes,	Tombamento foi homologado em 22 de fevereiro de 2008 pelo decreto N° 130/AS/2008.	Situada na Rua Engenheiro Fiúza da Rocha-Centro, foi construída em 1946, no mesmo ano em que se realizou o Congresso Eucarístico de repercussão nacional. A gruta é construída com pedras e apresenta em seu entorno uma vegetação nativa, uma pequena fonte natural de água e abriga a imagem de Nossa Senhora.
Igreja Nossa Senhora da Salete	O imóvel foi tombado pelo decreto nº 479/SA/2006.	Data de 1930, com o aumento da população local sente-se a necessidade de uma igreja maior para atender os fiéis e em 1950 constrói-se outra igreja de madeira, localizada onde se encontra a atual. Em 1956, Fernando Jorge da Cunha Carneiro elaborou o anteprojeto da construção da nova igreja concluída e 1960, composto por paredes em forma triangular, representa a Santíssima Trindade. Em 2006, parte da igreja veio ao chão, devido a um forte vendaval, quando a igreja passava por uma reforma no telhado, também afetando a estrutura.
Ponte de Ferro	Em 2003 foi aprovado o tombamento da ponte.	Serve de ligação e de limite entre os municípios de Forquilha e Criciúma e foi construída durante a administração municipal 1951-1955. Sua estrutura em ferro com suporte de madeira e preservada pela comunidade local
Cruz da Igreja São Paulo Apóstolo	Tombada pelo decreto nº 240/SA/2004.	Que é símbolo dos cristãos. A aparência visual é uma característica importante em artefatos de memória. E é a partir de elementos como o candelabro, o cordeiro, o livro, o ramo de palma, a cabeça de Jesus Cristo, a espada, os doze apóstolos, os símbolos da eucaristia representados pelo peixe, as letras do alfabeto grego - alfa e ômega e as flechas em ferro e vidro que representa luz de Cristo, juntos compõem a obra da artista Jussara Guimarães que com características particulares, faz nos lembrar a fé cristã. A cruz encontra-se no interior da Igreja São Paulo Apóstolo, localizada no bairro Madre Tereza Michel.

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do site da Prefeitura<sup>18</sup>.

O setor do patrimônio histórico e cultural da cidade é a Fundação Cultural de Criciúma (FCC)<sup>19</sup>, órgão responsável pelos tombamentos dos patrimônios, entre seus objetivos se destacam: administrar, enriquecer, proteger e conservar o Patrimônio Histórico Cultural, histórico, artístico e turístico sob sua administração e instituir e promover uma política de fomento, preservação e divulgação da identidade cultural, social e artística do município.

18 Disponível em: <http://www.criciúma.sc.gov.br/site/noticiaUnica.php?noticia/3934#conteudo>

19 É uma entidade gestora da cultura vinculada ao poder público municipal, instituída em 15 de março de 1983, como fundação pública sem fins lucrativos, com objetivo de incentivar, difundir, fomentar e promover a prática e o desenvolvimento de atividades artísticas, culturais e turísticas do município, estando atualmente devidamente vinculada ao Ministério da Cultura, visando o desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura. Disponível em: <http://www.criciúma.sc.gov.br/fcc/institucional#conthist>. Acessado em: 6.nov.2019

Entre as unidades de atuação da FCC estão: Biblioteca Municipal Donatila Borba; Galeria de Arte Octávia Búrigo Gaidzinski; Monumento às Etnias e Memorial Gorini, espaços em que a população pode ter acesso e informações acerca da história e de patrimônios culturais da cidade.

Destaco que todas as figuras abaixo tem como fonte o site oficial da FCC<sup>20</sup>:

**Figura 5** Arquivo Histórico Pedro Milanez



O Arquivo Histórico tem a função de preservar a história e manter a viva a memória de um povo, guardando informações valiosas sobre a cidade e lá estão documentos, fotos, obras de arte que resistem e fazem viajar no tempo.

**Figura 6** Praça CEU



O Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU), localizado no bairro Progresso, foi inaugurado pela Prefeitura de Criciúma no dia 8 de setembro de 2018. A obra mede 3.000m<sup>2</sup> e foi realizada com investimento do Governo

20 Disponíveis em: <http://www.criciuma.sc.gov.br/fcc/unidades#gallery>. Acessado em: 6.nov.2019

Federal de R\$ 1.902.783,94. A estrutura conta com quadra poliesportiva com material esportivo para adultos e crianças, inclusive, material esportivo para deficientes visuais. Tem também pista de skate, pista de caminhada, playground, duas salas multiuso destinadas a oficinas, sala multimídia com 12 computadores, biblioteca com acervo de mais de dois mil livros, além de livros em braile, anfiteatro, e também uma unidade do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

A Fundação Cultural de Criciúma (FCC) é a gestora da praça, bem como a Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma (AFASC), após o resultado do edital de chamamento público.

É um espaço cultural recente na cidade, ainda sem tombamento nem mesmo municipal, mas que oferece atividades que podem vir a mobilizar a população a um sentimento de valorização e preservação de seus patrimônios.

*Figura 7 Memorial Nonna Maria Geovanna Dário Milanese*



Com a forte presença de imigrantes italianos na história de Criciúma, não poderia deixar de citar um patrimônio histórico cultural da cidade que traz muito de sua identidade, trata-se do Memorial Nonna Maria Giovanna Dario Milanese que foi fundado em 2003<sup>21</sup> e desde então recebe visitantes para o reconhecimento da família Milanese. Quando Maria Giovanna tinha apenas três meses, a família emigrou para o Brasil. Essa família faz parte dos fundadores de Criciúma em 6 de janeiro de 1880. Maria Giovanna Dario, casou-se em maio de 1901 com Giuseppe Milanese, outro dos italianos fundadores de Criciúma. Três anos depois de casados fixaram residência em casa rústica, provisória, no

---

<sup>21</sup> Disponível em <https://www.gluseum.com/BR/Crici%C3%BAma/148318398839026/Memorial-Nonna-Maria-Giovanna-Dario-Milanese>. Acessado em 11. dez.2019.

terreno que Giuseppe, ainda solteiro, comprara do governo do estado de Santa Catarina, no lugar Morro da Miséria. Esse memorial tem como missão reviver, preservar e valorizar a imigração italiana e o legado da família Milanese na cidade de Criciúma.

**Figura 8** Mina de Visitação Octávio Fontana



Pode-se dizer que esse patrimônio guarda significativa relação com a educação (porque consta no currículo escolar?). Vale destacar que a extração do carvão mineral no século passado, fez Criciúma se tornar referência no assunto nacional. Décadas se passaram e a extração do mineral deixou de ser a principal fonte de arrecadação da cidade. A antiga Mina São Simão encerrou suas atividades em meados dos anos 1990. Após pesquisas, foi concluído que o local seria o ideal como ponto turístico, e assim a história ressurgiu, agora no turismo, com a abertura da Mina de Visitação Octávio Fontana, em 28 de outubro de 2011. Administrada em parceria com a SATC, a mina conta com profissionais qualificados por ter na instituição de ensino o curso técnico em Mineração.

Pode-se ver na matéria abaixo como esse espaço histórico cultural é tratado e utilizado como tempo e espaço de aprendizado e de fortalecimento da identidade da cidade, o que se traduz como um dos desafios propostos nessa pesquisa que é de entender como a educação corrobora com a ideia de valorização e preservação da história da cidade:

[...] Escolas de toda região também aproveitam a estrutura para reforçar o que é lecionado em sala de aula. “A importância da saída a campo é para os alunos vivenciarem o que é aprendido dentro da sala. Na Geografia, analisamos os tipos de solo e características aqui da nossa região. E como as jazidas de carvão impactaram na economia e no meio ambiente da região carbonífera”, explicou a professora Kelly Laureth, da Escola de Educação Básica (EEB) Werner Knabben, de Braço do Norte. [...] A atração, referência no

Brasil, proporciona um resgate histórico para quem não viveu o auge da exploração do 'ouro negro'. (Matéria publicada em 26/10/2018. Disponível em: <http://www.engeplus.com.br/noticia/geral/2018/mina-de-visitacao-octavio-fontana-completa-sete-anos>. Acessado em 11 dez.2019)

**Figura 9** Gruta Nossa Senhora de Lourdes



Gruta Nossa Senhora de Lourdes situada na Rua Engenheiro Fiúza da Rocha-Centro, foi construída em 1946, no mesmo ano em que se realizou o Congresso Eucarístico de repercussão nacional. A gruta é construída com pedras e apresenta em seu entorno uma vegetação nativa, uma pequena fonte natural de água e abriga a imagem de Nossa Senhora. Seu tombamento foi homologado em 22 de fevereiro de 2008 pelo decreto N° 130/AS/2008.

**Figura 10** Museu Histórico e Geográfico Augusto Casagrande



Localizado no bairro Comerciário, foi idealizado e construído por Augusto Casagrande, em 1920. Na época de sua construção, não havia residências em



seu entorno, e o prédio ficou conhecido por "casarão". A família Joaci Casagrande, herdeira de Augusto Casagrande doou o prédio em 1978 à prefeitura municipal, com o compromisso de construir um museu para a cidade. No mesmo ano, a restauração do prédio foi iniciada, mantendo as características da época. A inauguração do museu deu-se em 1980, quando ocorreram as comemorações do centenário da cidade. Em 2003 foi aprovado o tombamento pelo decreto N° 818/SA/2003.

**Figura 11** Memorial Casa do Agente Ferroviário Mário Ghisi



O Memorial Casa do Agente Ferroviário Mario Ghisi<sup>22</sup>, serviu para abrigar o agente da estrada de ferro Tereza Cristina e sua família, esse espaço foi demolido em 1995 ilegalmente, por causa de uma novo terminal urbano que ocuparia o local, e teve reação da população que se indignou, o que fez com que alguns setores entrassem na justiça e foi ordenado que fosse construído outro prédio em 2001. Esse patrimônio foi tombado pelo município e serve hoje para exposições sobre a memória da ferrovia e do carvão na cidade de Criciúma e fica localizada à Avenida Centenário, bem ao lado do Terminal Central, é possível conferir diferentes momentos da estação ferroviária

**Figura 12** Teatro Municipal Elias Angeloni

---

22 Construída entre os anos de 1917 e 1920 (não se sabe a data exata), esta pequena casa às margens da linha férrea serviu por mais de sessenta anos como moradia para o agente que gestava o complexo ferroviário de Criciúma. Construída em um modelo típico da arquitetura ferroviária, a casa abrigou diversas famílias de agentes ao longo das décadas em que a estrada de ferro se manteve no centro da cidade de Criciúma. Disponível em: <https://patrimonioculturaldecriciuma.wordpress.com/2012/06/26/serie-imoveis-demolidos-memorial-a-casa-do-agente-ferroviario/>. Acessado em: 6.nov.2019.



Construído na década de 1970 e inaugurado em 1983, o Teatro Elias Angeloni está localizado no Centro Cultural Santos Guglielmi, no Parque Centenário, no Bairro São Luiz, com uma estrutura que abrange a Biblioteca Pública Municipal Donatila Borba, o setor Administrativo do Teatro, palco, um amplo hall de entrada , Teatro Arena, Galeria de Arte Octávia Búrigo Gaidzinski e o Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez. Destaco como um espaço que corrobora com o fortalecimento da relação da educação com o Patrimônio Histórico Cultural da cidade, na medida em que o Teatro Municipal fortalece seus vínculos com a rede de ensino, oportunizando a visitação de escolas, com o objetivo de promover o acesso das crianças à Cultura, Arte e Educação. Eventos tradicionais ocorrem anualmente, são os casos do Festival de Corais e do Universidade do Sul Catarinense (UNESC). A direção do teatro realiza esforços para a vinda constante de espetáculos, para que desta forma o movimento cultural do município não perca a sua intensidade. Tem capacidade para 728 lugares, o Teatro Elias Angeloni possui o maior palco de apresentações do Sul de Santa Catarina.

**Figura 13** Teatro Arena



Na parte externa, ao ar livre, fica localizado o Teatro Arena, com capacidade de aproximadamente 250 lugares e iluminação ao seu redor, que pode ser utilizado mediante agendamento com a Administração do Teatro. A entidade gestora da Cultura a FCC, vinculada ao poder municipal é responsável pela gestão do teatro.

Pode-se ver outro espaço com forte relação entre a educação e o patrimônio, as Casas de Cultura existentes em Criciúma, destaco nesse momento a homenagem feita a um importante nome para a cultura de Criciúma, os legisladores aprovaram por unanimidade o Projeto de Lei que intitula o prédio com o nome da diretora de Cultura da Fundação Cultura de Criciúma (FCC).

**Figura 14** Casa da Cultura do Rio Maina Solange Scotti



Solange Scotti morreu vítima de um câncer. Antes de morrer ela estava à frente da Associação Latino Americana de Corais e participou da realização de um Festival de Corais realizado na cidade, poucos dias antes do falecimento. Ela também teve papel fundamente na promoção da Feira do Livro no município e no Festival Internacional de Corais. Era uma defensora da importante relação da educação com a história da cidade e nesse sentido, pregava a valorização e preservação da cultura local.

**Figura 15** Casa de Cultura Neusa Nunes Vieira



Casa da Cultura Neusa Nunes Vieira está situada na Praça Nereu Ramos. Anteriormente, funcionou no local, a antiga Igreja Matriz São José e logo depois uma escola do município. Em 1928, deu lugar a uma nova construção em alvenaria com dois pavimentos. A partir de 1932 o prédio foi cedido pela paróquia a prefeitura municipal para o funcionamento do Grupo Escolar Professor Lapagesse. Em 1941 o sobrado foi demolido, dando-se início a construção da sede da prefeitura municipal, inaugurada em 1943. Ao longo da história da cidade teve distintas finalidades: Fórum (1944), Câmara Municipal (1946). A administração da Fundação Educacional de Criciúma (FUCRI) fundada em 1972 e assim chama até o início da década de 1980.

Em 1984, o prédio foi restaurado com revestimento em granito nas paredes externas para sede da Casa da Cultura em 1987. Até fevereiro de 1999, circularam por esse estabelecimento várias atividades comprometidas em divulgar e construir a cultura da cidade, como: a diretoria de turismo; a escola de línguas estrangeiras, a escola de jardinagem, que envolvia menores carentes, a escola de música, a extensão da biblioteca pública municipal, a Companhia de Desenvolvimento Econômico e Planejamento Urbano (CODEPLA) até abril de 2003.

Atualmente, a Casa da Cultura é administrada pela Fundação Cultural de Criciúma. Nas dependências da Casa da Cultura funcionam: o Arquivo Histórico Pedro Milanez, o setor de Patrimônio Histórico, a coordenação da Casa da Cultura, a coordenação da Praça Nereu Ramos, além de uma Galeria de Arte. Foi tombada como patrimônio histórico pelo decreto municipal nº 815/SA/2003.

Inaugurado em 2011, homenageia o ex-prefeito de Criciúma Cincinato Napolini. É um lugar para eternizar as etnias que povoaram a cidade de Criciúma, possui casas para cada etnia. No logradouro foram replantadas muitas palmeiras imperiais.

**Figura 16** Parque das Nações Cincinato Napolini



É o maior ambiente de lazer e cultura do território catarinense. O parque possui sanitários públicos, vagas de estacionamento para quatrocentos e oitenta e um automóveis, ciclovia, pista para caminhadas, academias de ginástica para todas as idades e portadores de necessidades especiais, quadras poliesportivas, quadra de tênis e de vôlei de praia, praça com palco para eventos com capacidade para 30 mil pessoas, playground e outros eventos. Espaço muito utilizado em agendas das unidades escolares. E conta a história dos povos tradicionais.

**Figura 17** Praça do Congresso



O projeto da Praça do Congresso foi encomendado pela Prefeitura Municipal em 1967, para urbanizar uma área central da cidade, e como marco de comemoração da realização do Congresso Eucarístico Nacional em Criciúma, no ano anterior. Em Recente pesquisa com a população elegeu a praça como o espaço público preferido para a maioria dos criciumenses.

Contudo, apesar de sua grande aceitação e reconhecimento da população, nesse espaço, pode-se destacar a história de abandono do poder público com relação aos seus patrimônios, por mais de vinte anos não se fazia uma limpeza no lago localizado na Praça do Congresso, e acumulava uma camada de lama de quase 30 centímetros, e seu fundo, revestido com azulejos azuis, já não era mais visível. Em setembro de 2019, funcionários da Prefeitura Municipal de Criciúma começaram o processo de limpeza do lago.

**Figura 18** Praça Nereu Ramos



Essa praça representa o desenvolvimento do núcleo inicial da cidade, estudo divulgado na revista VITRUSVIUS/Minha Cidade.<sup>23</sup> destaca as praças como espaços fundamentais para a vida urbana, para relações e trocas sociais e para demarcação de território (FELTRIN, 2018). Esse estudo aponta que:

[...] Falar sobre a identidade, ou sobre as crises que ela passa, é assunto bastante delicado e que sempre está em voga nas cidades contemporâneas. Tanto no globo quanto no Brasil, a busca pelo novo e os avanços da globalização influenciam diretamente no consumo. Esses fatores interferem nas várias sociedades atuais e também no indivíduo. É, geralmente, no núcleo inicial de uma cidade que se identifica o lugar mais dinâmico da vida urbana, e também é onde geralmente encontram-se os espaços públicos de maior relevância, os edifícios mais antigos, as referências de identidade, instituições públicas, religiosas e culturais, entre outros equipamentos urbanos com potencial de preservação. (Artigo divulgado na Revista Minha Cidade. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/18.211/6879>. Acessado em 11. dez. 2019.

A Praça Hoje, vai além de um traçado delimitado, é o epicentro do espaço urbano, possui a maior representação do comércio, de serviços, da cultura, da política e da sociedade. Apesar de seu traçado permanecer igual desde a sua fundação, é nos edifícios do entorno que se refletem as consequências da imposição do contemporâneo, que descaracteriza a memória coletiva e a identidade do centro, desrespeitando os aspectos patrimoniais que o espaço e as edificações possuem. O autor destaca no estudo que no caso dos centros urbanos históricos que se desenvolvem de maneira desordenada e que sofrem da apropriação comercial e da mídia, é de extrema importância que se considere não só uma edificação ou um espaço isolado, mas todo o contexto em que o centro urbano se encontra. (FELTRIN, 2018).

**Figura 19** Memorial Dino Gorini

---

<sup>23</sup> Convido o leitor a acessar na íntegra o estudo apresentado por meio do artigo “O desenvolvimento do núcleo inicial da cidade de Criciúma SC” de **Rodrigo Fabre Feltrin**. (VITRUSVIUS, 2018)



Situado no Parque Centenário, esse memorial foi inaugurado em 1981 em função do aniversário de 100 anos da chegada dos primeiros imigrantes europeus a Criciúma, nele se guardam lembranças dos pioneiros da cidade (aqui há uma construção histórica dos imigrantes europeus como pioneiros da cidade sobre a qual você poderia escrever algumas poucas linhas).



### 3.1. PESQUISAS SOBRE OS PATRIMÔNIOS DE CRICIÚMA

Os dados relatados no tópico anterior foram coletados em consultas abertas na internet, especialmente no site da Fundação Municipal de Cultura de Criciúma, bem como, nos sites da mídia local e do estado de Santa Catarina, assim como, nos arquivos de pesquisas realizadas pela Instituto de Educação e Tecnologia (SATC)<sup>24</sup>, empresa que tem como lema o compromisso com a indústria carbonífera de Santa Catarina, e que por isso aponta como responsabilidade social, a documentação e resgate da História e Memória do estado, especialmente de Criciúma.

Neste tópico trago dados sobre pesquisas realizadas na perspectiva de colher informações dos níveis de conhecimento e valorização da população acerca dos patrimônios históricos culturais de Criciúma.

A pesquisa realizada em 2011 e entregue sistematizada aos gestores locais do Patrimônio da Cidade de Criciúma, em que registrava o local da coleta de dados nas regiões como: Centro; Rio Maina; Pinheirinho; Santa Luzia; e próspera. Destacava gênero e idade dos respondentes e as faixas etárias, além da identificação da escolaridade e renda.

A pesquisa perguntava sobre qual os espaços que os entrevistados conheciam, dentre eles: Casa da Cultura, Museu Ferroviário, Museu Augusto Casagrande, ou nenhum, qual deste havia visitado, com qual frequência, se ouviu falar sobre esses espaços nos meios de comunicação, se ele estava satisfeito com o serviço oferecido no espaço, se considera importante esses espaços serem abertos para população.

Os principais resultados foram que a televisão é o meio mais viável para promover esses espaços. Para os entrevistados, todos os estabelecimentos precisam melhorar pontos como: estrutura, atendimento, destacam que a localização de todos no centro da cidade favorece o acesso, destacam a não acessibilidade em todos os espaços, tem iluminação inadequada que podem danificar objetos dos museus. E o dado relevante é que a maioria dos entrevistados teve informação sobre os espaços por intermédio de amigos (47,4 %) e nas escolas (31,6%). A maioria (46,5%) consideram bom o atendimento nos espaços e 20,2% afirmam que foi ótimo e (66,4%) dizem que esses espaços são importantes para visitaçãõ.

---

24 Disponível em: [www.satc.edu.br](http://www.satc.edu.br). Acessado em 10.dez.2019.

Essa pesquisa nos mostra uma relação entre educação e patrimônio, na medida em que a maioria dos entrevistados disseram que as visitas a esses espaços se deram em função da realização de trabalhos escolares ou das universidades.

### 3.2. COMO AS LEIS E NORMAS TRATAM O TEMA

#### 3.2.1. Leis Nacionais (LDB, PCN, BNCC)

Algumas peças normativas que apontam os caminhos para o debate acerca de como valorizar, preservar e de se sentir pertencente à cidade, à memória, à história, que passo tratar: A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei 9394/96) indica, em seu artigo 26, que a parte diversificada dos currículos do ensino fundamental e médio deve observar as características regionais e locais da sociedade e da cultura (apud ORIÁ, s.d., p. 1). No mesmo caminho, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) indicam, em um de seus volumes, denominado “Pluralidade Cultural”, a interdisciplinaridade como elemento necessário no trabalho com a Educação Básica, a partir dos temas transversais. São estes os que dizem respeito ao Meio Ambiente e à Pluralidade Cultural.

Para Moraes (2005) considera que mesmo diante do respaldo da LDB e dos PCN, bem como de projetos culturais e iniciativas de museus e centros de memória, o trabalho com a Educação Patrimonial ainda tem sua dimensão educativa pouco reconhecida.<sup>25</sup>

Tendo como pressupostos as propostas de temas transversais nos Parâmetros Curriculares Nacionais e a orientação metodológica para o trabalho com a Educação Patrimonial expresso no Guia Básico do tema, elaborado pelo IPHAN, os quais permitem se pensar em práticas a serem realizadas na

---

<sup>25</sup> MORAES, Allana Pessanha de. Educação Patrimonial nas escolas: aprendendo a resgatar o PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL. Disponível em: [http://www.cereja.org.br/arquivos\\_upload/allana\\_p\\_moraes\\_educ\\_patrimonial.pdf](http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/allana_p_moraes_educ_patrimonial.pdf). Acessado em: 11. dez.2019.

escola, serão apresentados os principais fatores que ainda mantêm uma visão parcial acerca da amplitude do tema.

A fim de se indicar o papel da escola neste movimento, enfatiza-se a Educação Urbana, que apresenta um caminho de efetivação do trabalho com a Educação Patrimonial, uma vez que a amplitude do tema acaba sendo refletida, ora no desconhecimento da relevância de práticas neste âmbito, ora em visões restritas acerca do tema, que ainda parece se mostrar, em muitos aspectos, longe da articulação com os conteúdos escolares, bem como com as vivências dos alunos.

A Base Nacional comum curricular (BNCC) que tramitou desde 2015 e foi aprovada e promulgada em 2018 apresenta possibilidades para uma abordagem do tema dentro dos conteúdos e habilidades das disciplinas de arte, história, geografia e ciências. No entanto, esses aspectos não estão claramente articulados ao conceito de Patrimônio Histórico Cultural. Nas disciplinas de artes e história percebe-se uma abertura maior ao fazer uma referência da área do conhecimento ao patrimônio histórico e cultural da humanidade. No caso das artes, há o reconhecimento de toda expressão artística como prática social numa apropriação da cultura cotidiana das comunidades, e não apenas expressões legitimadas por órgãos e instituições da cultura.

No caso da disciplina de história, a proposta propõe uma abordagem dialógica entre passado e presente. Nas disciplinas de ciências e geografia a abordagem que podem se referir ao conceito de Patrimônio Histórico Cultural é ainda mais sutil, na medida em que traz o conceito de paisagem e buscam uma tomada de consciência da interferência humana no planeta, outro conceito é de sustentabilidade focado na manutenção da vida no planeta entre outras coisas, porém, não concebe as riquezas naturais como patrimônio a ser preservado e valorizado como um bem cultural.

Com relação aos temas transversais, a BNCC (2017) relaciona uma série de temas que julga emergentes à vida humana, sugere uma abordagem

transversal e integradora que deverão ser incorporados aos conteúdos disciplinares, entre esses temas, destacam-se:

1. Direitos das crianças e adolescentes (Lei nº 8.069/199012);
2. Educação para o trânsito (Lei nº 9.503/199713);
3. Preservação do meio ambiente (Lei nº 9.795/199914);
4. Educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/200915);
5. Processo de envelhecimento respeito e valorização do idoso (Lei nº 10.741/200316);
6. Educação em direitos humanos (Decreto nº 7.037/200917), bem como saúde, sexualidade, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural (Resolução CNE/CEB nº 7/201018). (BNCC, 2016.p.13)

Dentre os itens citados acima, a educação patrimonial poderia entrar apenas nos temas de preservação ambiental e diversidade cultural. Não há uma inserção direta relacionado ao Patrimônio Histórico Cultural. Uma proposta curricular das diferentes áreas de ANDRADE, Larizza Bergui; LAMAS, Nadja de Carvalho. Educação patrimonial no ensino formal: uma reflexão a partir das pinturas de Luiz Si nas escolas municipais de Joinville<sup>26</sup>, descreve que estudos como artes, história, geografia e ciências pelo viés do Patrimônio Histórico Cultural poderiam provocar uma interdisciplinaridade capaz de unir conteúdos e conceitos que se articulam entre si, e proporcionar uma função social mais coesa do conhecimento.

Vale destacar nas normatizações locais como se dá a abordagem desse tema, conforme tópicos a seguir:

### **3.2.2. Leis Municipais (Plano Municipal de Educação de Criciúma e Sistema Municipal de Educação)**

---

26 In Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, 26o, 2017, Campinas. Anais do 26o Encontro da ANPAP. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2017. p.4316-4331. 4319.

### 3.2.2.1. Plano Municipal de Educação de Criciúma

A educação de Criciúma teve reconhecimento nacional em responsabilidade e comprometimento. O município está entre as 44 cidades do país que sancionaram o Plano Municipal de Educação (PME)<sup>27</sup> alinhado ao Plano Nacional (PNE) até o momento, de acordo com levantamento publicado no site “Todos pela Educação”. O grupo representa 0,75% das cidades brasileiras.

O plano foi instituído pela Lei nº 6514, de 1º de dezembro de 2014, consiste em estipular metas para o município dentro dos próximos dez anos, de forma que fique alinhado ao Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/14 trata de forma geral a questão da identidade cultural, sem uma abordagem específica sobre preservação e valorização do patrimônio histórico cultural. Contudo na meta 6 apresenta a seguinte estratégia:

Promover a articulação para integração da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários. (CRICIUMA, 2014)

E na meta 7 de Alfabetização na Idade Certa, indica como estratégia o respeito a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural, a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo (CRICIUMA, 2014).

Nesse sentido, a ausência nesse plano municipal de educação, de uma abordagem mais específica sobre a importância do tema preservação e valorização do Patrimônio Histórico Cultural, tem impactado na frágil indicação

---

27 O PME do município iniciou pelo diagnóstico da realidade de Criciúma que contou com a participação da sociedade civil organizada. Foram realizados cinco pré-plenárias regionalizadas com toda a comunidade escolar que enviaram sugestões e mais duas gerais incluindo ensino público e privado. O plano possui 21 metas, 250 estratégias e é destinado a todas as instituições da cidade, não apenas para a rede municipal de ensino.

nos planejamentos escolares, e assim minimiza a relação do tema com a educação.

### **3.2.2.2. Sistema Municipal de Ensino de Criciúma**

Na lei que instituiu o Sistema Municipal da Cidade<sup>28</sup>, também não consta nada específico que mobilize para a relevância de ações e articulações em torno da preservação e valorização do patrimônio histórico cultural, tendo previsto apenas uma relação a uma concepção de educação que se entenda como construção histórica, singular e coletiva dos sujeitos e as suas características socioculturais, conforme Art.26:

**Art. 26** - A avaliação do rendimento escolar resulta da reflexão sobre os componentes do processo de ensino-aprendizagem, devendo:

**I**- ser investigadora, diagnosticadora e emancipadora, concebendo a educação como a construção histórica, singular e coletiva dos sujeitos;

**II**- ser um processo permanente, contínuo e cumulativo, que respeite as características individuais e socioculturais dos sujeitos envolvidos; (CRICIUMA, 2002)

Compreendendo que o Sistema tem por finalidade, estabelecer papéis, agentes e competências para o funcionamento de um setor ou área, para se desdobrar em plano e planejamento que operacionalize a implementação de determinada política, me faz refletir que a previsão de uma relação intersetorial que mobilizasse a articulação da educação com a cultura, meio ambiente, a partir de conceitos, concepções e ações em torno dos espaços da cidade, enquanto patrimônio, poderia corroborar com o conhecimento da população sobre sua história, e assim, desperta-se ações concretas de preservação e valorização do patrimônio histórico e cultural.

### **3.2.2.3. Planejamento das Escolas de Criciúma**

Inicialmente, minha intenção era realizar entrevistas com trabalhadores e alunos das escolas públicas, bem como, servidores públicos que atuam nos

---

28 Lei 4307/02 | Lei nº 4307 de 02 de maio de 2002

setores ligados às políticas públicas de preservação e valorização do patrimônio histórico cultural, contudo no período de realização dessa pesquisa, não foi possível, tendo em vista o prazo exíguo. Dessa forma, optamos por coletar os planejamentos de algumas escolas e relacionar o que estava previsto nesses documentos quanto ao tema do patrimônio, buscando compreender a relação destes com alguns documentos que acessamos na Fundação Cultural de Criciúma.

- **Planejamento anual de história/2019 da E. E. B. Ignácio Stakowski**

### **1º, 2º e 3º anos do ensino médio.**

Tivemos acesso ao planejamento do 1º ano e do 2º ano do ensino médio, disponibilizado pelo professor de história dessa escola, destaco que o objetivo geral da área tanto no 1º como no 2º e 3º ano:

[...] é criar condições para que o sujeito se perceba enquanto indivíduo que constrói a coletividade histórica. Todas as turmas do ensino fundamental II e o Ensino Médio na disciplina de História estarão submetidos a esse planejamento. Sabe-se que o real intuito de estudar História tem influência em nossas ações frente aos acontecimentos cotidianos. Nesse sentido, focaremos na importância da reflexão histórica no intuito de contribuir para a construção de aluno crítico e reflexivo acerca dos fatos reais. Portanto, criar condições para que o estudante possa refletir criticamente sobre as convivências e as obras humanas, aos conflitos, as mudanças e as permanências, as diferenças e as semelhanças que existem na coletividade, não deixando de considerar que estamos organizados a partir de uma multiplicidade de sujeitos organizados em classes antagônicas. Esses serão os desafios enfrentados a esse processo.  
**(PLANEJAMENTO 1)**

Especificamente no 1º ano, acredito que por ter sido contemplado nesse planejamento Objetivos/Habilidades ligadas ao conteúdo de História e conhecimento histórico, pode propiciar um espaço para a Educação Patrimonial. Além da previsão dos conteúdos do 1º Trimestre: História, tempo e cultura e como conceitos fundamentais para o ensino e a aprendizagem da história: Tempo, Memória, Identidade, Cultura, Processo Histórico e Sujeito Histórico.

Mas, como professor, acredito que não é percebido no chão da escola os impactos dessa abordagem na mudança de comportamento dos alunos quanto ao interesse de conhecer, preservar e valorizar o patrimônio de sua

cidade. Acredito que isso se deve à falta de articulação intersetorial da abordagem desse tema, na medida em que os planejamentos e as peças normativas até aqui analisadas não tratam de forma clara e continuada o patrimônio, mesmo tendo ele relação com história, geografia, antropologia, cultura, dentre outras disciplinas do currículo escolar.

No planejamento de História do 2º ano dessa mesma escola, considero que os conceitos fundamentais para o ensino e a aprendizagem da história se mantêm, contudo, os objetivos, habilidades e conteúdos não aparece nada especificamente ligado a temática, o mesmo acontece no 3º ano, tal fato se deve a lógica de partir do geral para o específico, estamos os conteúdos dos 2º e 3º ano se caminha para abordagens de conteúdos mais específicos.

O que podemos observar é que grande parte dos planos de ensino não disponibilizam espaço e tempo suficiente para aplicação de educação patrimonial. Isso se dá no caso do ensino médio por muitos motivos, seja pelo número de aulas insuficiente, seja pela internalização de que o ensino médio está fadado a servir as provas de vestibulares e demais avaliações para o ingresso no ensino superior, e por isso, a cobrança aos professores por formas sintéticas e práticas das aulas é uma constante.

### **5º, 6º, 7º. 8º e 9º ano do ensino fundamental**

No planejamento do ensino fundamental, importa destacar que o objetivo geral está em consonância com os conceitos que exploramos no capítulo 1 dessa dissertação que consideramos estruturantes para o tema do patrimônio:

O objetivo geral é criar condições para que o sujeito se perceba enquanto indivíduo que constrói a coletividade histórica. Todas as turmas do ensino fundamental II e o Ensino Médio na disciplina de História estarão submetidos a esse planejamento. Sabe-se que o real intuito de estudar História tem influência em nossas ações frente aos acontecimentos cotidianos. Nesse sentido, focaremos na importância da reflexão histórica no intuito de contribuir para a construção de aluno crítico e reflexivo acerca dos fatos reais. Portanto, criar condições para que o estudante possa refletir criticamente sobre as convivências e as obras humanas, aos conflitos, as mudanças e as permanências, as diferenças e as semelhanças que existem na coletividade, não deixando de considerar que estamos organizados a partir de uma multiplicidade de sujeitos organizados em classes



antagônicas. Esses serão os desafios enfrentados a esse processo.  
**(PLANEJAMENTO 2)**

Considero que abordar conteúdos como: História e Fontes Históricas e Cultura, Patrimônio e Tempo, corroboram com a compreensão e mudança cultural para que os educandos e o coletivo da escola para conhecer sua cidade e assim, valorizar e preservar seus patrimônios.

Nas séries finais do ensino fundamental uma abordagem um pouco mais aberta sobre as questões do Patrimônio Histórico Cultural, evidentemente dar-se-á por elementos que são negados durante o ensino médio por exemplo, seja no número de aulas, seja pela introdução do tema com mais intensidade. Muitas vezes as escolas esbarram na falta de estrutura e na falta de política pública, embora os resultados sejam melhores no ensino fundamental compreendido entre o 5º e o 9º ano.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo, trouxe um tema que sempre me instigou analisar como professor de história e morador de Criciúma, uma cidade com muitos espaços que contam sua história, contudo, vive dificuldades quanto ao reconhecimento, valorização e preservação de seus patrimônios.

Sempre acreditei na potencialidade da educação na construção da cidadania, no empoderamento e na produção de conhecimentos significativo na vida da população, uma educação crítica, que preza pela diversidade e respeito às diferenças, memória individual e coletiva.

Dáí considerar relevante mapear como a proposta de educação na cidade de Criciúma, pode contribuir na luta pelo reconhecimento, valorização e preservação dos patrimônios da cidade, no sentido de mobilizar a população para o sentimento de participação, pertencimento e empoderamento dos espaços e serviços do município, e assim fortalecer o sentido da cidadania.

Tivemos a possibilidade nessa pesquisa de levantar o quanto é rica a história da cidade, o quanto a população tem sua identidade marcada pelos espaços e pelas manifestações culturais locais, contudo, as normatizações acerca do Patrimônio e a proposta educacional, poderiam dar contribuições mais efetivas para democratização do acesso a esse conhecimento e aos espaços públicos, para dessa forma reafirmar este acesso como direito social.

Dessa forma, apresentei essa pesquisa com objetivo de analisar como a Educação pode contribuir com o debate e ações afetas a preservação em relação ao patrimônio histórico cultural na cidade de Criciúma/SC. Para tanto, parti da problematização sobre se as políticas públicas educacionais podem contribuir com a reversão da construção cultural imposta pelo mercado, sobretudo pela ideia de “progresso” e “ausência” da população em relação a preservação e valorização do patrimônio histórico cultural?

Para des (velar) essa problematização, parti de uma pesquisa de campo, que me permitiu observar a escola onde trabalho e as ações da Fundação Cultural de Criciúma, no sentido de compreender como a cidade era contatada e como seus patrimônios histórico cultural, quer seja material ou imaterial eram tratados e pensados como política pública de patrimônio e/ou como está previsto nos documentos e normas educacionais da cidade.

Com relação à hipótese de resposta a essa problematização de que para a Educação contribuir para a preservação e valorização do patrimônio histórico cultural, é necessário que este seja incorporado como conteúdo escolar e se articule com ações intersetoriais que estimulem o sentimento de pertencimento da população e que a gestão pública e a população em geral ressignifiquem a concepção de progresso e desenvolvimento.

Os dados coletados nos documentos acerca do Patrimônio e nos planejamentos pedagógicos da escola analisada me apontam a fragilidade do tema, na medida em que o tema é pouco incorporado ao conteúdo escolar e as articulações intersetoriais são pontuais, tendo no decorrer desse trabalho apresentado algumas experiências e os trechos desses planejamentos.

Na busca de fundamentar o tema, foi realizado um levantamento bibliográfico e assim, compreender os conceitos como memória, história, preservação, valorização, desenvolvimento e identidade social.

No levantamento documental, analisei as leis nacionais (Constituição Federal, LDB, PNE, PCNs, BNCC) e as leis municipais do plano e sistema municipal, considero que esse tema em geral é tratado de forma indireta e superficial, isso tem impacto no desdobramento no cotidiano da cidade. Mas, apesar dessa fragilidade consegui levantar alguns dados que ajudam a constituir a experiência da relação da Educação com o Patrimônio Histórico Cultural.

Os Programas Mais Educação e Novo Mais Educação são projetos de preservação que funcionam em âmbito nacional. Em Criciúma, existem o Edital Cultural de Criciúma Horta Cultural do Centro Cultural Jorge Zanatta, Organização e adequação do Arquivo Histórico e do Museu Augusto Casagrande, Projeto "Nosso Patrimônio Conta Nossa História", Projeto "Patrimônio histórico e artístico da cidade de Criciúma: a construção do olhar".

Apresentei ainda os planejamentos pedagógicos da disciplina História na Escola E. E. B. Ignácio Stakowski das séries finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, tendo sido observado poucos registros do trato a essa temática, considero que teria sido importante a observação dos Projetos Políticos Pedagógicos, os documentos orientadores da gestão municipal de

educação, quanto a proposta curricular da rede pública que detalhassem a proposta e ações na escola. Dessa forma, seria possível observar a ação intersetorial do tema, contudo, só consegui acesso ao planejamento da disciplina que ministro.

O levantamento documental, o levantamento bibliográfico, e a observação de campo me permitiu cumprir o objetivo proposto nesse estudo de analisar como a educação pode contribuir com o debate e ações afetas a preservação em relação ao patrimônio histórico cultural na cidade de Criciúma/SC.

Estudos futuros poderão vir a aprofundar o tema e compreender o olhar dos sujeitos que atuam nas políticas de patrimônio histórico e cultural, quer seja na Fundação Cultural de Criciúma, responsável pelo setor no município, como também nas escolas para analisar a relação desse tema com a educação patrimonial, para tanto, se faz ímpar a aplicação de entrevistas semiestruturadas com sujeitos envolvidos na formulação e implementação de políticas educacionais e de patrimônio histórico cultural, bem como, junto à população da cidade para ver como e o que esta população vivencia sua história.

Como professor e morador da cidade, considero que precisamos democratizar conhecimentos e informações sobre os espaços culturais e patrimônios histórico culturais do município. A democratização dessas práticas envolve a compreensão da preservação como um direito social. A importância dessa abordagem reside na possibilidade de contribuir para conscientizar a população sobre a importância da valorização e preservação do patrimônio que é importante manter um equilíbrio entre o trato adequado da memória e da história de nossa cidade, com o desenvolvimento e progresso.

O exercício da cidadania pode corroborar com a atuação fiscalizadora da população junto ao poder público municipal, no sentido de cobrar políticas públicas que valorizam, preservem, democratizem o acesso aos patrimônios da cidade, bem como, possibilitem o desenvolvimento de nossa cidade.

Esse estudo permitiu reafirmar que esse tema, eminentemente intersetorial, perpassa pela educação, turismo, infraestrutura, cultura, meio

ambiente, artes, possui uma abordagem teórica que lança mão dos conteúdos das ciências sociais, particularmente da antropologia, história, e essa articulação pode funcionar como matriz na elaboração de ações e projetos acerca do Patrimônio.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ALBANO, Celina e MURTA, Stela Maris (Orgs.). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

ARANTES, Antonio Augusto (Org). **Produzindo o passado. Estratégias de construção do PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ALMEIDA, Hélio Romito de - A Geografia: o Espaço e o Tempo. **Revista de Ciências Humanas. UFSC. V.53**. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/download>. Acessado em: 20.out.2019.

ALVES, Flávia Lima - **Patrimônio imaterial: disposições constitucionais: normas correlatas: bens imateriais registrados** – Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas. Brasília/DF, 2012.

BARRIO, Ángel Espina; MOTTA, Antonio; GOMES, Mário Hélio (Orgs.). **Inovação cultural, patrimônio e educação**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. <http://portal.iphan.gov.br/> Acesso em 02 de abril de 2018.

\_\_\_\_\_, **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937** - Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-25-30-novembro-1937-351814-norma-actualizada-pe.pdf>. Acessado em 10.nov.2019.

\_\_\_\_\_, Ministério da Cultura - Minc, **Cultura em Números: anuário de estatísticas culturais**, 2º edição, Brasília/DF, 2010. Disponível em: <http://culturadigital.br/ecocultminc/files/2010/06/Cultura-em-N%C3%BAmeros-web.pdf>. Acessado em: 10. nov.2019.

\_\_\_\_\_, IPHAN, **Educação Patrimonial: Histórico, Conceito e Processos**, 2014. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao\\_Patrimonial.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf). Acessado em: 19. Dez.2019.

\_\_\_\_\_. **Educação básica-portal da educação - SED - SC**. Disponível em: [www.sed.sc.gov.br/educadores/etapas/infantil](http://www.sed.sc.gov.br/educadores/etapas/infantil). Acessado em: 10 set. 2014.

\_\_\_\_\_, MEC – **Portaria 1.144 de 10 de outubro de 2016**. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=49131-port-1144mais-educ-](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=49131-port-1144mais-educ-)

[pdf&category\\_slug=outubro-2016-pdf&Itemid=30192](#) . Acessado em 20. dez.2019.

BRANDÃO, Sílvia S. - **O Conceito de Indivíduo em Lucien Febvre e Carlo Guinzburg**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

BOSI, E. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 3a ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

CAMPOS, Yusef Daibert Salomão – **Proposições para o PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL**. Disponível em: <https://www.academia.edu> , Acessado em: 19.nov.2019.

\_\_\_\_\_, E Javé. Disponível em: **IN: CAMPOS, Y.D.S. "Proposições para o PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL"**. Juiz de Fora: FUNALFA, 2014.

Disponível em: [https://www.academia.edu/15035398/E\\_Jav%C3%A9\\_IN\\_CAMPOS\\_Y.D.S.\\_Proposi%C3%A7%C3%B5es\\_para\\_o\\_Patrim%C3%B4nio\\_Cultural\\_.Juiz\\_de\\_Fora\\_Funalfa\\_2014](https://www.academia.edu/15035398/E_Jav%C3%A9_IN_CAMPOS_Y.D.S._Proposi%C3%A7%C3%B5es_para_o_Patrim%C3%B4nio_Cultural_.Juiz_de_Fora_Funalfa_2014) Acessado em: 19.nov.2019.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL: conceitos, políticas, instrumento**. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CRICIÚMA. **Lei nº 2.063, de 13 de junho de 1985**. Decreto SA/137/85, de 29 de julho de 1985.

CRICIUMA. **Conselho municipal de educação de Criciúma – COMEC**. Disponível em: [www.criciuma.sc.gov.br/site/servicos/geral/comec-118](http://www.criciuma.sc.gov.br/site/servicos/geral/comec-118). Acessado em: 10.set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei complementar nº 082, de 18 de novembro de 2010**. Disponível em: [www.criciuma.sc.gov.br/.../LEI%20COMEC%20082-2010%20-%20Lei](http://www.criciuma.sc.gov.br/.../LEI%20COMEC%20082-2010%20-%20Lei). Acessado em: 10 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Nomeação dos membros para compor o conselho municipal de educação**. Disponível em: [www.criciuma.sc.gov.br/site/upload/.../Composi%C3%A7%C3%A3o%20COMEC%20\(1\)](http://www.criciuma.sc.gov.br/site/upload/.../Composi%C3%A7%C3%A3o%20COMEC%20(1)). Acessado em: 10. set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto SA/138/85, de 29 de julho de 1985**. Decreto SA/139/85, de 30 de julho de 1985.

\_\_\_\_\_. **Decreto 461/SA/91, de 27 de agosto de 1991**. Decreto 499/SA/95, de 02 de junho de 1995.

\_\_\_\_\_. **Decreto 596/SA/97, de 20 de maio de 1997.** Lei 3.700 de 14 de outubro de 1998.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 6514, de 1º de dezembro DE 2014,** Plano Municipal de Educação de Criciúma.

\_\_\_\_\_. Decreto SG/680/13, de 17 de setembro de 2013. I **Simpósio de PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL de Santa Catarina - “PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL: Saberes e Fazeres Partilhados”**, Florianópolis, SC, 21 e 22 de novembro de 2013 .

\_\_\_\_\_. **Sistema Municipal de Ensino de Criciúma.** Disponível em: [www.criciuma.sc.gov.br/.../LEI%20COMEC%20%204307-2002%20-%](http://www.criciuma.sc.gov.br/.../LEI%20COMEC%20%204307-2002%20-%). Acessado em:10. set. 2019.

DE CASTELLS, Alícia Norma Gonzáles. Políticas de patrimônio – entre a exclusão e o direito à cidadania. IN: DEN CASTELLS, Alícia Norma González e GODOY, Clayton Peron Franco (Orgs). **Ecos e Imagens do Patrimônio Imaterial: inventário nacional de referências culturais do sertão de Valongo.** Florianópolis, SC: Iphan, 2008.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937).** Seminário Internacional de Políticas Culturais, 2010. FLORIANÓPOLIS. Lei 1.202, de 02 de abril de 1974.

FGV/CPDOC. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. **A Era Vargas: dos anos 20 a 1945 - Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945) - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/SPHAN> . Acessado em: 10. nov.2019.

\_\_\_\_\_. **O que é História Oral.** Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral> . Acessado em:19.nov.2019.

FLORÊNCIO, Sonia Regina Rampim - Educação patrimonial: algumas diretrizes conceituais. In **Cadernos do PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL** volume 01: educação patrimonial / Organização: Adson Rodrigo S. Pinheiro. – Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

GEDEON, Leonardo, **Educação patrimonial e Paulo Freire: análise das contribuições epistemológicas da concepção pedagógica libertadora a partir das experiências educativas no sul do Brasil.** X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014. Disponível em: [http://xanpedsul.faed.udesc.br/arg\\_pdf/1602-0.pdf](http://xanpedsul.faed.udesc.br/arg_pdf/1602-0.pdf). Acessado em: 10.dez.2019.

GONÇALVES, Janice. Em busca do patrimônio catarinense: tombamentos estaduais em Santa Catarina. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.



GODOY, Clayton Peron Franco (Orgs). **Ecos e Imagens do Patrimônio Imaterial: inventário nacional de referências culturais do sertão de Valongo**. Florianópolis, SC: IPHAN, 2008.

GOMES, Angela de Castro (coord.). **Direitos e cidadania: memória, política e cultura**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

GRAEFF, Lucas. Memória Coletiva. IN: BERND, Zilá; MANGAN, Patrícia Kayser Vargas. **Dicionário de Expressões da Memória Social, dos Bens Culturais e da Cibercultura**. Canoas/RS: Unilasalle, 2017, pp. 106-107. Disponível em: [http://www.academia.edu/download/55639647/Memoria\\_Coletiva\\_Dico.pdf](http://www.academia.edu/download/55639647/Memoria_Coletiva_Dico.pdf) Acessado em out/2019.

HALBWCHS, Maurice – **A Memória Coletiva**. Editora Vértice – Editora Revista dos Tribunais Ltda. São Paulo/SP 1990.

HARTOG, François. **Tempo e Patrimônio. Varia História**. Belo Horizonte, v.22, n.36, p.261-273, jul./dez.2006.

HENNIGEN, Inês e GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima - **A subjetivação na perspectiva dos estudos culturais foucaultianos**. Psic. da Ed., São Paulo, nº 23, 2º sem. de 2006, pp. 57-74 - Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n23/v23a04.pdf> . Acessado em:19.nov.2019.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira. **Fundamentos da educação patrimonial**. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, Porto Alegre, p.25-36, 2000.

IPHAN. Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional – (A). Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>. Acessado em: 10. nov.2019.

\_\_\_\_\_. Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional – (B). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/bcrE/pages/conPatrimonioE.jsf?tipoInformacao=1>. Acessado em: 19.nov.2019.

\_\_\_\_\_. Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional (C) – **IPHAN – Santa Catarina**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/341> . Acessado em:19.nov.2019.

InfoEscola – **navegando e aprendendo**. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/micro-historia/> Acessado em: 10.out. 2019.

JORNAL DA MANHÃ. Patrimônios contam a história de Criciúma. 10 out. 2000 MEC/SPHAN/FNPM. **Proteção e revitalização do PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL no Brasil: uma trajetória**. Brasília, 1980.

KNACK, Eduardo roberto Jordão – **Modernização do Espaço Urbano e Patrimônio Histórico: Passo Fundo RS**. Disponível em <https://secure.upf.br/pdf/2007EduardoRobertoJordaoKnack.pdf>. Acessado em: 19.nov.2019

LE GOFF, Jacques, 1924 **História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios)

LEMOS, Carlos A. C. O que é patrimônio histórico. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1981, In. VOGT, Olgário Paulo. **PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL: um conceito em construção**. Métis, história & cultura – v.7, n. 13, p. 13-31, jan./jun. 2008.

LIMA, João Alberto Chagas - **Representações Sociais e Práticas de Lazer de Estudantes e Professores e uma Escola de Educação Integral do Rio de Janeiro** – Dissertação de Mestrado – UnB – Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação, 2013 Brasília/DF.

MAGALHÃES, Aline Monteiro – **Colecionando Relíquias...Um Estudo sobre a Inspeção de Monumentos Nacionais (1934-1937)**. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp000017.pdf> . Acessado em:19.nov.2019.

MARINS, Paulo César Garcez. ¿Trajetórias de preservação do PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL paulista. IN: SETÚBAL, Maria Alice (coord.do projeto) **Terra paulista: trajetórias contemporâneas**. São Paulo: CENPEC/Imprensa Oficial, 2008, p. 137-167.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. IN: SILVA, Zélia Lopes da. **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1999, p.11-29.

\_\_\_\_\_, Ulpiano Bezerra de. **O campo do PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL: uma revisão de premissas**. Conferência Magna. I Fórum Nacional de PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL. Brasília: Iphan, 2010, p.25-39. 2010.

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira - **História e Memória: Algumas Observações**. Disponível em: <http://pablo.deassis.net.br/wp-content/uploads/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf> Acessado em:10. nov.2019.

MONTEIRO. RENATO DE ARAUJO. **As legislações de proteção ao patrimônio histórico e os tombamentos municipais em Criciúma/SC**. I Simpósio de PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL de Santa Catarina - "PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL: Saberes e Fazeres Partilhados", Florianópolis, SC, 21 e 22 de novembro de 2013. Disponível em: [http://www.anpuh-sc.org.br/spcsc%202013%20textos%20pdf/spcsc%202013\\_r%20a%20monteiro\\_legislacoes%20protecao%20criciuma.pdf](http://www.anpuh-sc.org.br/spcsc%202013%20textos%20pdf/spcsc%202013_r%20a%20monteiro_legislacoes%20protecao%20criciuma.pdf). Acessado em:10. nov.2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVA-AUGUSTO, Maria Helena – Tempo, Indivíduo e Vida Social. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v54n2/14808.pdf>. Acessado em: 19. out. 2019.

OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto. **Educação Patrimonial no Iphan. 2011.** Monografia (especialização) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2011.

OLIVEIRA, Elsa Régis de – **Teoria, História e Memória.** Editora Universitária da UFPB. João Pessoa, Paraíba – 2012.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de - **Memória, História E Patrimônio - Perspectivas Contemporâneas da Pesquisa Histórica.** Universidade Federal da Grande Dourados - Fronteiras, Dourados, MS, v. 12, n. 22, p. 131-151, jul./dez. 2010.

PEREIRA, Angelita; VENTURA, Lidnei; VOLKEN, Luciane. **Estrutura e Funcionamento das Instituições de Educação Básica.** 1. ed. Florianópolis: DIOESC, 2013. p.169.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social.** Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992 p. 200-212.

SANTA CATARINA. **Lei nº 2.975, de 18 de dezembro de 1961.** Disponível em: <http://www.conselhosdecultura.ufba.br/arquivos/conselhos/docs/sul/santacatarina/01.pdf>. Acessado em: 20. dez. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5.056, de 22 de agosto de 1974.** Disponível em: [http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1974/5056\\_1974\\_Lei.html](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1974/5056_1974_Lei.html). Acessado em: 20. dez. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5.846, de 22 de dezembro de 1980.** Disponível em: [http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1980/5846\\_1980\\_lei.html](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1980/5846_1980_lei.html). Acessado em: 20. dez. 2019.

\_\_\_\_\_. **Proposta curricular de Santa Catarina.** Disponível em: [www.sed.sc.gov.br/secretaria/proposta-curricular](http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/proposta-curricular). Acessado em 23 set. 2019.

SÃO PAULO (cidade). **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania.** São Paulo: DPH/SMC, 1992.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social.** São Paulo: Annablume, 2003, 1992.

SILVA, Paulo Sergio da Silva - **PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL Imaterial: conceito e instrumentos de tutela na atual ordem jurídica brasileira.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=775](http://www.snh2011.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=775). Acessado em: 10.nov.2019.

SOARES, André Luis R. e Miguel OOSTERBEEK - **Educação patrimonial: um exemplo de teoria e prática na gestão do PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL brasileiro**. Disponível em doi: <http://dx.doi.org/10.18616/pcdma02>.

THOMPSON, Paul, - **A voz do Passado: História Oral**. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro/RJ-1992.

VENSON, Ana Maria Marcon e PEDRO, Joana Maria - **Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia**. História Oral, v. 15, n. 2, p. 125-139, jul. Dez. 2012. Disponível em: [www.revista.historiaoral.org.br](http://www.revista.historiaoral.org.br) . Acessado em: 19. nov. 2019.

VIANA, Nildo. **Tempo individual e tempo histórico**. Disponível em: <http://informecritica.blogspot.com/2014/07/tempo-individual-e-tempo-historico.html> Acessado em: 10.out.2019.

VIEIRA Filho, Dalmo e GUIA, George Alex da - **Desenvolvimento urbano em centros históricos protegidos: do sítio degradado ao lugar de oportunidades**. IPEA - Boletim regional, urbano e ambiental – 06/dez. 2011. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5535/1/BRU\\_n06\\_desenvolvimento.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5535/1/BRU_n06_desenvolvimento.pdf) Acessado em: 19.nov.2019.

ZANETTE, Geovana Benedet. et.al. **Proposta curricular da rede municipal de Criciúma**. CDD 21ª ed. Criciúma. 2008.